



UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTERDISCIPLINAR**

**ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE  
E DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS  
A SEREM REALIZADOS COM BASE NAS  
DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL  
CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2018



Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTERDISCIPLINAR**

**ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE  
E DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS  
A SEREM REALIZADOS COM BASE NAS  
DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL  
CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**

Módulo 05 – Contabilidade Aplicada

Contabilidade Avançada – Prof. Marcelo de Castro Cicconi

Análise de Normas e Pronunc. Contábeis – Prof. Antônio Donizeti Fortes

Teoria da Contabilidade – Prof. Rodrigo Simão da Costa

Práticas de Sistemas Contábeis – Prof. Danilo Morais Doval

Contabilidade Comercial – Prof. Max Streicher Vallim

Alunos:

Ana Sabrina Amâncio, RA 16000360

Franciele Marcondes Fernandes, RA 16000511

Gisele Marcondes Fernandes, RA 16000508

Jhuly Camila Custódio de Carvalho, RA 16001358

William Ferreira, RA16000463

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2018

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>04</b>
<b>2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA</b>	<b>05</b>
<b>3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA</b>	<b>06</b>
3.1.1 Avaliação de Investimento	06
3.1.2 Fluxo de Caixa	11
<b>3.2 ANÁLISES DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS</b>	<b>20</b>
3.2.1 CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	20
3.2.2 CPC 16 (R1) – Estoques	23
3.2.3 CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos	25
3.2.4 CPC 27 - Ativo Imobilizado	26
3.2.5 CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	29
3.2.6 CPC 12 - Ajuste a Valor Presente	31
<b>3.3 TEORIAS DA CONTABILIDADE</b>	<b>33</b>
3.3.1 Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade	33
3.3.2 Ativo e Passivo	35
3.3.3 Receitas, Despesas, Perdas e Ganhos	38
<b>3.4 PRÁTICAS DE SISTEMA CONTÁBEIS</b>	<b>42</b>
3.4.1 Balanço Patrimonial	42
3.4.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	43
3.4.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC	43
3.4.4 Razão Contábil	44
<b>3.5 CONTABILIDADE COMERCIAL</b>	<b>45</b>
3.5.1 Transações Comerciais	45
3.5.2 Operações Financeiras	48
3.5.3 Operações com Folha de Pagamento	52
<b>4 CONCLUSÃO</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>59</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>61</b>
Anexo I - Balanço Patrimonial	61
Anexo II – DRE	67
Anexo III - Livro Razão	70
Anexo IV – DFC	78

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto interdisciplinar tem como objetivo aplicar todo o conteúdo estudado em sala de aula em uma determinada empresa, no entanto este semestre nos foi proposta pelos professores a empresa CARREFOUR Comercio Indústria LTDA.

As unidades de estudos que foi aplicada na empresa são cinco, começando por Contabilidade Avançada, que nos ensinou esse semestre como deve ser feita a contabilização na investidora sobre os resultados gerados na investida, como faz a contabilização de investimento e onde analisamos os métodos de avaliação.

Aprenderemos também o que é fluxo de caixa (DFC), quando a empresa será obrigada apresentar esta e quais os métodos que pode ser utilizados para avaliar o fluxo de caixa, podendo ser indireto e direto. Na unidade de estudo Análises de Normas e Pron. Contábeis, serão desenvolvidos os pontos mais relevantes dos seguintes CPCs: 47, 16,20, 27,04 e 12. Será feito uma breve análise de todos os CPC mencionado, abordando assuntos como objetivo, alcance, mensuração, classificação e divulgação dos pronunciamentos. Para a realização deste estudo usamos como base os Pronunciamentos Contábeis documentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Governo Federal.

## 2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

Neste projeto interdisciplinar, utilizamos a empresa Carrefour Comercio e Industria LTDA, sendo localizada no Brasil uma de suas lojas na, Avenida Helio Ossamu Daikuara nº1445, Jardim Vista Alegre em Embu das Artes – SP com o CNPJ: 45.543.915/0592-32.

Nasceu em 1959 em Annecy, na França, sendo a primeira loja e ficava localizada em um cruzamento, onde surgiu seu nome Carrefour, que significava cruzamento em francês, só no ano de 1975 a rede de hipermercado chega no Brasil e assim foi se espalhando não apenas por todo território brasileiros mas por vários países também com as bandeiras de Carrefour Hipermercado.

Essa multinacional conta em 33 países divididos em 10.860 lojas, no Brasil conta com 498 lojas ao longo de 26 estados mais o Distrito Federal. Tudo transformou no hipermercado número 1 da Europa e considerado o maior varejista alimentar do Brasil.

Hoje disputa com o Grupo Pão de Açúcar, sendo seu principal concorrente, onde esse grupo GPA revolucionou as lojas do Extra em pontos de venda Rede Pão de Açúcar, tendo o nome em seus grandes Hipermercados de Assaí Atacadista.

A finalidade em utilizar como modelo uma modelo uma Rede de Hipermercados para realização deste projeto, pois está ligado diretamente relacionado com suas atividades comerciais, e com isso foi possível visualizar como são as operações que mais ocorre no seu dia-a-dia, e quais as normais e pronunciamentos que podem auxiliar para que possa ser feito a contabilização dessas operações, e analisar as avaliações de investimentos e o fluxo de caixa da empresa.

## 3 PROJETO INTERDISCIPLINAR

### 3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA

Nesta unidade de estudo de Contabilidade Avançada, juntamente com o nosso Professor orientador, nos pode ensinar esse semestre o que é, e como faz a contabilização de avaliação de investimento, onde analisamos os métodos de avaliação de investimentos e como faz a contabilização na investidora sobre os resultados gerados na investida, como o método de equivalência patrimonial, o método de custo e o método valor justo, aonde vimos que para analisar em algum desses métodos e fazermos a contabilização, devemos analisar qual é a sua influência e o percentual de sua cota sobre a investida, como será apresentado a seguir.

Contudo aprendemos o que é um fluxo de caixa (DFC), quem é obrigado apresentar essa declaração e quais os métodos que pode ser utilizados para avaliar o fluxo de caixa, podendo ser indireto e direto, e aplicamos na empresa Carrefour Comercio Indústria LTDA.

#### **3.1.1 Avaliação do Investimento**

##### **Método de Equivalência Patrimonial (MEP)**

Segundo a Lei n.6.404/76, altera pela Lei n.11638/07 e n.11.941/09, foram introduzidos aspectos contábeis de avaliação de investimentos sendo mais específicos e utilizados. Que passaram a existir métodos de avaliação de investimentos permanentes em outras sociedades como: Método de Equivalência Patrimonial e o Método de Custo de Custo.

Se levarmos em consideração as empresas individuais com investimentos permanentes em outras sociedades, sendo que o método de equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas e controlada, e inclusive aplicável também nas controladas em conjunto.

Tais como os investimentos em coligadas e controladas em conjunto que são apresentadas em demonstrações consolidadas, também serão avaliados pela

equivalência patrimonial, sendo que as demonstrações financeiras separadas e em certas circunstâncias muito especificam, utilizara o método de custo para avaliar o investimento.

O método de equivalência patrimonial (MEP) consiste na atualização dos valores dos investimentos feitos em coligadas ou em controladas, em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum, com base na variação ocorrida no patrimônio líquido das sociedades.

Segundo Neves e Viaconti (p.45, 2007), o método de equivalência patrimonial é alteração do valor contábil das participações societárias de caráter permanente, classificadas como ativos não circulantes conforme, o aumento ou diminuição do patrimônio líquida da investida. Sendo aplicada nas condições no art. 248 da lei n.6.404/76, sendo alterado para lei n. 11.941/09.

O CPC-18 (2012), diz, que o método de equivalência patrimonial, que o investimento em coligadas e em controladas em conjunto e as controladas, deve ser reconhecidos pelo custo ou valor contábil, será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento dos investimentos nos lucros ou prejuízos que a investida passa a obter.

## **Método de Custo**

Segundo a Circular nº179/72 da BACEN apud FIPECAFI 1978 p.171:[...]os investimentos deveriam ser avaliados ao preço de custo (mais ações bonificadas recebidas ao valor nominal) ou valor patrimonial, do dois a menor, sendo, todavia, raras as empresas que faziam a redução ao valor patrimonial quando fosse menor.

Será baseada quando a investidora registrar todas as transações na formalidade. O registro dos dividendos era registrado no momento da declaração e na distribuição das ações bonificadas e registrava com o aumento dos investimentos quando a coligada efetuava o aumento do seu patrimônio líquido.

No método de custo os investimentos, as participações societárias permanente em outras empresas se avalia o custo ao menos às provisões com perdas considerando de natureza permanente. As alterações de doação que possa alterar o capital da investida não serão registradas no momento da operação, apenas com princípios da formalização.

De modo geral se aplicável o método de custo nas referentes datas e ocorrências formais, de distribuição deixando de reconhecer na empresa investidor os lucros que foram gerados pela investida e distribuídos os dividendos ou outras operações que faça o aumento do capital da investida, sendo elas coligadas ou controladas.

Os investimentos que por sua vez sob forma de ações ou cotas, efetuados na empresa de caráter coligada ou controlada não relevante, pelo custo da aquisição, ou seja, tendo o valor das transações por subscrição, ou seja, tendo o valor das transações por subscrição no aumento do patrimônio líquido ou pela compra das ações de terceiros.

Assim nesse método de custo todas as receitas sobre os investimentos serão reconhecidos pelos dividendos que serão distribuídos pelos os investidores, terá que ser reconhecido por parte dos mesmos como receita operacional.

## **Valor Justo**

Segundo Tambosi, Bernadete (2013), o que se refere ao valor justo é o valor de seus ativos que podendo ser trocado ou pela liquidação do seu passivo, onde as partes estejam dispostas entre si, que se tenha objetivo de garantir a determinação do valor justo que possa ocorrer em determinadas condições usuais de mercado, ou seja, os fatores que pressionem para liquidação da transação não se interfiram nas definições do valor final.

Pelo valor justo a contabilização devesse ser feita pelo valor de entrada, ou seja, no custo da aquisição que pela qual devesse ser documentado sendo comprovado com os respectivos investimentos, sendo acrescidos os encargos com as devidas transações, que poderão ocorrer em algumas devidas situações que em alguns casos os valores diferem, sendo inferior ou superior ao custo.

### **Coligada**

De acordo com a Lei das Sociedades por ações define para nos que as coligadas “as sociedades nas quais as investidoras tenham influencia significativa significa”(art.243§1<sup>a</sup>) irá existir essa influencia quando “quando a investidora detém ou exceder o poder de participação nas decisões das politicas financeira ou operacional da investida, sem controla-la”(art.243§4<sup>a</sup>). A lei nos remete também dizendo que a influência significativa é presumida, “quando a investidora for titular de 20% ou mais do capital votante da investida, sem controla-la” dadas pela Lei nº11.638/07 e a nº11.941/09, são equiparadas ao pronunciamento técnico – CPC 38.

Com tudo podemos dizer que se uma entidade possuir 20% ou menos sobre investida estará caracterizada como coligada, se ela não obtiver influencia alguma sobre a mesma, seu método de avaliação de investimento será pelo valor justo sendo via de regra geral.

Mas se ela obtiver 20% ou menos e caracterizar influência significativa, quer dizer, participar de alguma forma nos processos decisórios da investida, mesmo sem controla-la tratando-a mesmo em coligada devera ser avaliado o investimento, reconhecimento, e mensuração de acordo com o CPC-18-R2(2012) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, cuja regra geral de avaliação será o método de equivalência patrimonial.

### **Controlada**

A controlada é caracteriza quando uma das partes obtiver o poder nas decisões sobre politicas financeiras e operacionais na investida, ou seja, quando a entidade usa de seu poder para tomada de decisão sobre a investida em uso de seu próprio benefício.

Dessa forma deverá ser contabilizado considerando o CPC-15(2011) Combinações de Negócios. A avaliação de investimento em controlada é feito pela equivalência patrimonial e devem ser segundo os procedimentos detalhados no CPC-18-R2(2012) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimentos Controlado em Conjunto, por exigência da Lei societária brasileira.



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

Nas normas internacionais a aplicação da equivalência patrimonial no caso de controlada é vedada, mas esta em processo de mudança. Torna-se, no caso de existência de pelo menos uma controlada, a elaboração das demonstrações consolidadas, que será efetuada nas formalidades do CPC-36(2012) Demonstrações Consolidadas.

Por tanto quando disser que é controlada, quer dizer que uma entidade possui a maior parte do capital votante da investida e a sua contabilização será registradas na formalidade legal e seu método de avaliação de investimento será aplicado apenas pelo método de equivalência patrimonial, como via de regra o CPC-18(R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimentos Controlado em Conjunto.

### **Controlada em Conjunto**

A controlada em conjunto em conjunto será quando duas ou mais partes estiverem compartilhando o controle de uma investida, sendo que não apenas uma parte tem o poder de controlar de forma individual, por exemplo, quando dois investidores tem o mesmo percentual investido sobre a mesma, (50% das cotas cada investidor) se caracteriza uma investida está sob investidores controlando em conjunto.

Portanto a sua contabilização será de forma equiparada com o CPC-19-R2(2012) Negócio em Conjunto, e o reconhecimento inicial e mensuração subsequentes devem ser feitos de acordo com o CPC-18(R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimentos Controlado em Conjunto, a qual exige que a participação seja avaliada pela equivalência patrimonial.

### **Ágio e Deságio**

Segundo Lagioia, Umbelina (p.138,2013) o ágio é considerado quando uma empresa emite cotas ou ações, para captação de recursos sendo que o valor for maior que do os títulos emitidos, esse processo poderá ocorrer, pois pode ser vantajosa e atraem investidores disposto a pagar por esses títulos, sendo reconhecido esse acréscimo ao valor justo.

O deságio por sua vez não é vantajoso para a empresa porque os investidores pagaram com menor valor do que esta registrada, essa diferença deveria ser lançada em uma conta retificadora do passivo das debentures.

### 3.1.2 FLUXO DE CAIXA

Segundo Martins, Elizel (p.5,2013) a demonstração de fluxos de caixa visa mostrar como ocorrem às movimentações de disponibilidade em certo período de tempo. Sendo que essa demonstração é obrigatória pela lei das sociedades por ações, mas o CFC a tornou-se obrigatória para todas outras sociedades.

O fluxo de caixa mostra todos os registros de entradas e saídas de recursos financeiros em um determinado período de tempo, servindo como instrumentos para projetar os próximos períodos às entradas e saídas de recursos financeiros, nos mostrando de como será o saldo de caixa em determinado período de tempo.

O Zdanowicz, José Eduardo (p.20,2004), diz que o fluxo de caixa tem por objetivo fundamental levantar todas as necessidades da organização, para que possa cumprir com todas as obrigações nos prazos certos, alcançando resultados positivos considerando os desembolsos necessários para seu funcionamento.

O fluxo de caixa possui alguns fatores que podem comprometê-lo sendo eles internos ou externos.

Fatores internos:

- falta de um sistema de cobrança eficiente;
- investimentos não planejados e inesperados;
- aumento no prazo de vendas concedido como uma maneira de aumentar a competitividade ou a participação no mercado;
- compras que não estão em linha com as projeções de vendas;
- diferenças representativas no giro de contas a pagar e a receber em decorrência dos prazos médios de recebimento e pagamento;
- capitalização inadequada com a consequente utilização de capital de terceiros de forma excessiva, aumentando o nível de endividamento;
- ciclos de produção muito longos que não estão em consonância com o prazo médio dado pelos fornecedores;
- política salarial incompatível com as receitas e demais despesas operacionais;
- pequena ocupação do ativo fixo;



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

- expansão descontrolada das vendas, implicando um volume maior de compras e custos operacionais;
- distribuição de lucros incompatíveis com a capacidade de geração de caixa;
- custos financeiros altos originários do nível de endividamento;
- giros do estoque lento, significando o carregamento de produtos obsoletos ou de difícil venda, imobilizando recursos da empresa no estoque.

Fatores externos:

- inflação (elevação do nível de preços), recessão e taxas de juros;
- mudança na política cambial, fiscal e de crédito;
- mudanças na política de importação e exportação;
- diminuição das vendas em decorrência de retração do mercado;
- novos concorrentes;
- mudanças na legislação fiscal (aumento de alíquota de impostos e/ou novos impostos, ou seja, aumento da carga tributária);
- aumento do nível de inadimplência;
- diminuição do fechamento de contratos;
- falta de foco na prospecção de novos clientes.

Com todos esses fatores que possa comprometer o fluxo de caixa, é necessário que todos os setores se comuniquem entre eles, para que as informações possam ter confiabilidade e que esses dados lançados à entidade possa visualizar seu fluxo de caixa e tomando novas decisões e com as maiores capacidades de competitividade no mercado em sua atuação.

### **CPC- 03- R2, 2010 (Demonstração Fluxo de Caixa)**

De acordo com o CPC-03- R2 (2010) nos mostra que o fluxo de caixa quando esta ligada junto com outras demonstrações contábeis, proporcionando informações e permitindo que outros usuários possam avaliar as mudanças nos ativos líquidos da entidade, tendo a capacidade de modificar os montantes e o tempo das ocorrências do fluxo e caixa.

Ele é utilizado também para avaliar qual a sua capacidade que a entidade gera caixa e ou equivalentes de caixa e deixa alternativas para que outros usuários utilizem métodos para avaliação de valores reais do fluxo de caixa.

Apontando que objetivos desse CPC-03(R2), é obter as informações da empresa por meios das demonstrações dos fluxos de caixa e as suas alterações no período sendo



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

que o fluxo de caixa está classificado por atividades operacionais, as de investimentos e as de financiamentos, para que a entidade possa ter a comparabilidade para que possa avaliar os fluxos de caixas futuros.

- **Atividades Operacionais:**

Segundo o próprio CPC-03- R2 (2018) nos indica que o fluxo de caixa adquiridos pelas atividades operacional sendo a principal informação que identifica sua entidade teve a capacidade suficiente de gerar caixa ou equivalentes de caixa “[...] para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e juros sobre o capital próprio e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas financiamento.”.

14. Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade. Portanto, eles geralmente resultam de transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo. Exemplos de fluxos de caixa que decorrem das atividades operacionais são:

- (a) recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;
- (b) recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas;
- (c) pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;
- (d) pagamentos de caixa a empregados ou por conta de empregados;
- (e) recebimentos e pagamentos de caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice;
- (f) pagamentos ou restituição de caixa de impostos sobre a renda, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento ou de investimento; e
- (g) recebimentos e pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura.

Algumas transações, como a venda de item do imobilizado, podem resultar em ganho ou perda, que é incluído na apuração do lucro líquido ou prejuízo. Os fluxos de caixa relativos a tais transações são fluxos de caixa provenientes de atividades de investimento.

- **Atividades de Investimentos:**

Segundo o CPC-03-R2(2010) detalhará o fluxo de caixa das atividades de investimento, tais importâncias e as finalidades de recursos em gerar lucros em fluxos de caixas futuros.

16. A divulgação em separado dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento é importante em função de tais fluxos de caixa representar a extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro. Somente desembolsos que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento. Exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de investimento são: 6 CPC\_03(R2)

(a) pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Esses pagamentos incluem aqueles relacionados aos custos de desenvolvimento ativados e aos ativos imobilizados de construção própria;

(b) recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo;

(c) pagamentos em caixa para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto aqueles pagamentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou aqueles mantidos para negociação imediata ou futura);

(d) recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou futura);

(e) adiantamentos em caixa e empréstimos feitos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos feitos por instituição financeira);

(f) recebimentos de caixa pela liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos de instituição financeira);

(g) pagamentos em caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou futura, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e

(h) recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou venda futura, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Quando um contrato for contabilizado como proteção (hedge) de posição identificável, os fluxos de caixa do contrato devem ser classificados do mesmo modo como foram classificados os fluxos de caixa da posição que estiver sendo protegida.

- **Atividade Financeira:**

Como esta no CPC-03-R2(2010) que a atividade financeira é separada do fluxo de caixa, pois sua importância é para provisionar condições de fluxo de caixa futuros.

17. A divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade. Exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento são:

- (a) caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais;
- (b) pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade;
- (c) caixa recebido pela emissão de debêntures, empréstimos, notas promissórias, outros títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos;
- (d) amortização de empréstimos e financiamentos;
- (e) pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.

### Regime de Competência e Regime de Caixa

Segundo SILVA, EDISON (p.49,2016), diz que a contabilidade utiliza o regime de competência para apurar resultados econômicos e para mensurar a rentabilidade das transações, reconhecendo as suas receitas na realização das vendas e as suas despesas no seu fato gerador, sendo idêntico ao ciclo econômico.

Mas no regime de caixa a administração financeira utiliza para planejar e controlar as suas necessidades e até mesmo as sobras e apurar os resultados financeiros sendo eles o superávit (positivo) ou o déficit (negativo), nesse regime é o contrario do da competência, sendo reconhecidas suas receitas de vendas no momento em que a empresa recebe e a suas despesas no momento em que ela efetua o pagamento.

**Exemplo:** o quadro demonstra como é a distribuição de receitas e despesas da empresa ABC, como fica pelos dois regimes, o da competência e o de caixa.

Tipo de Conta	Regime de Competência	Regime de Caixa			
	Dezembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março
Receitas	40.000	10.000	10.000	10.000	10.000

Despesas	28.000	10.000	9.000	9.000	–
Lucro	12.000	0	1.000	1.000	10.000

Fonte: Silva, Edson : Quadro 4.1 Regime de competência versus regime de caixa, p.50, 2016.

## Método Direto e Método Indireto

Segundo o CPC-03-R2(2010) ira mostras a utilização dos métodos diretos e indiretos das atividades que compõem o fluxo de caixa, quais as diferenças entre ambos os métodos e à aplicabilidade do mesmo.

Apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais

18. A entidade deve apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando alternativamente:

(a) o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas; ou

(b) o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

19. Pelo método direto, as informações sobre as principais classes de recebimentos brutos e de pagamentos brutos podem ser obtidas alternativamente:

(a) dos registros contábeis da entidade; ou

(b) pelo ajuste das vendas, dos custos dos produtos, mercadorias ou serviços vendidos (no caso de instituições financeiras, pela receita de juros e similares e despesa de juros e encargos e similares) e outros itens da demonstração do resultado ou do resultado abrangente referentes a:

(i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;

(ii) outros itens que não envolvem caixa; e

(iii) outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

20. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de:

(a) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;

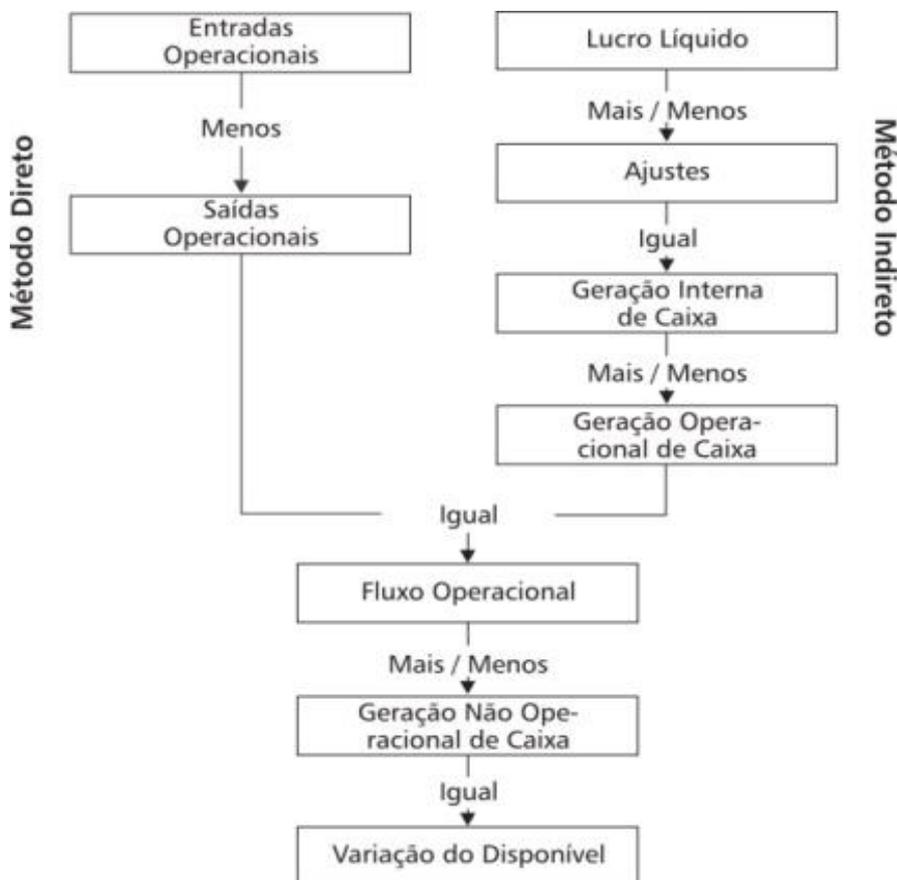
(b) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e

(c) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. Alternativamente, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais pode ser apresentado pelo método indireto, mostrando-se as receitas e as despesas divulgadas na

demonstração do resultado ou resultado abrangente e as variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar.

20A. A conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais deve 8 CPC-03(R2) ser fornecida, obrigatoriamente, caso a entidade use o método direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. A conciliação deve apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens a serem conciliados, à semelhança do que deve fazer a entidade que usa o método indireto em relação aos ajustes ao lucro líquido ou prejuízo para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

A figura abaixo mostra como está composto o método direto e o método indireto: Modelo comparativo de construção do fluxo de caixa: Método Direto versus Método Indireto.



Fonte: SÁ,(p.36,2008)



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

## Estrutura DFC (Fluxo de Caixa)

Será apresentado como é a estrutura da DFC aplicada em dois métodos tanto do direto quanto no indireto que o CPC-03 (2010) nos apresenta:

### Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto (item 18a)

20X2

#### **Fluxos de caixa das atividades operacionais**

Recebimentos de clientes	R\$ 30.150,00
Pagamentos a fornecedores e empregados	-R\$ 27.600,00
Caixa gerado pelas operações	R\$ 2.550,00
Juros pagos	-R\$ 270,00
Imposto de renda e contribuição social pagos	-R\$ 800,00
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	-R\$ 100,00

*Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais* R\$ 1.380,00

#### **Fluxos de caixa das atividades de investimento**

Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição (Nota A)	-R\$ 550,00
Compra de ativo imobilizado (Nota B)	-R\$ 350,00
Recebimento pela venda de equipamento	R\$ 20,00
Juros recebidos	R\$ 200,00
Dividendos recebidos	R\$ 200,00

*Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento* -R\$ 480,00

#### **Fluxos de caixa das atividades de financiamento**

Recebimento pela emissão de ações	R\$ 250,00
Recebimento por empréstimo a longo prazo	R\$ 250,00
Pagamento de passivo por arrendamento	-R\$ 90,00
Dividendos pagos (a)	-R\$ 1.200,00

*Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento* -R\$ 790,00

**Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** R\$ 110,00

**Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota C)** R\$ 120,00

**Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota C)** R\$ 230,00

Fonte: CPC-03-R2(2010)



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

Nessa próxima estrutura que estará abaixo, será apresentada a estrutura do Fluxo de Caixa no método indireto.

**Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto (item 18a)**

20X2

**Fluxos de caixa das atividades operacionais**

Lucro líquido antes do IR e CSLL	R\$ 3.350,00
Ajustes por:	
Depreciação	R\$ 450,00
Perda cambial	R\$ 40,00
Resultado de equivalência patrimonial	-R\$ 500,00
Despesas de juros	<u>R\$ 400,00</u>
	R\$ 3.740,00
Aumento nas contas a receber de clientes e outros	-R\$ 500,00
Diminuição nos estoques	R\$ 1.050,00
Diminuição nas contas a pagar – fornecedores	<u>-R\$ 1.740,00</u>
Caixa gerado pelas operações	R\$ 2.550,00
Juros pagos	-R\$ 270,00
Imposto de renda e contribuição social pagos	-R\$ 800,00
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	<u>-R\$ 100,00</u>

*Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais* R\$ 1.380,00

**Fluxos de caixa das atividades de investimento**

Aquisição da controlada X, líquido do caixa obtido na aquisição (Nota A)	-R\$ 550,00
Compra de ativo imobilizado (Nota B)	-R\$ 350,00
Recebimento pela venda de equipamento	R\$ 20,00
Juros recebidos	R\$ 200,00
Dividendos recebidos	R\$ 200,00

*Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento* -R\$ 480,00

**Fluxos de caixa das atividades de financiamento**

Recebimento pela emissão de ações	R\$ 250,00
Recebimento por empréstimo a longo prazo	R\$ 250,00
Pagamento de passivo por arrendamento	-R\$ 90,00
Dividendos pagos (a)	-R\$ 1.200,00

*Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento* -R\$ 790,00

**Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** R\$ 110,00

**Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota C)** R\$ 120,00

**Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota C)** R\$ 230,00

Fonte: CPC-03-R2(2010)

## 3.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS

Nesta Unidade de Estudo será desenvolvido os pontos mais relevantes dos seguintes CPCs e seus respectivos temas:

- CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente;
- CPC 16 - Estoques
- CPC 20 - Custos de Empréstimo,
- CPC 27 - Ativo Imobilizado,
- CPC 04 - Ativo Intangível
- CPC 12 - Ajuste do Valor Presente.

Será feito uma breve análise de cada item mencionado acima, abordando assuntos como objetivo, alcance, mensuração, classificação e divulgação dos pronunciamentos. Para a realização deste estudo tomamos por base os Pronunciamentos Contábeis documentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Governo Federal.

Temos por finalidade a busca de informações que nos auxiliem nas demonstrações contábeis do cotidiano de uma entidade, além disso, a obtenção de conhecimento para realizar nossa profissão com credibilidade e honestidade dentro dos parâmetros impostos pelas normas contábeis.

### 3.2.1 CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018, para tratar a respeito de contrato com clientes e trouxe mudanças significativas no reconhecimento de receitas, a partir de então todas as empresas têm o dever de reconhecer suas receitas com as transações contabilizadas de forma individual.

Esse Pronunciamento unifica o CPC 15 que se trata de contrato de construção e também o CPC 30 que refere-se a receitas, diante disso o CPC 15 e o CPC 30 ficam revogados a partir de 01/01/2018, pois o CPC 47 unifica em suas normas os dois CPCs mencionados.

Os objetivos do CPC 47 são estabelecer princípios para que as empresas possam se nortear em suas demonstrações a respeito de valor, época e incertezas de receitas provenientes de contrato com clientes. Além disso, a organização deve reconhecer suas



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

receitas para assim detalhar a transferência de bens e serviços prometidos aos clientes de acordo com a contraprestação em que espera-se ter direito pelos bens e serviços prestados.

O CPC 47 deve ser aplicado a todos os contratos com clientes com exceção dos Contratos de Arrendamento Mercantil; Contratos de Seguros; Instrumentos Financeiros; Demonstrações Consolidadas; Negócios em Conjunto; Demonstrações Separadas; Investimento em Controlada, Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; e também em Permutas não Monetárias entre entidades do mesmo ramo de negócios.

Para a aplicação das normas é de fundamental importância que a outra parte do contrato seja um cliente, segundo o CPC 47 (2018, p. 2)

“A entidade deve aplicar este pronunciamento ao contrato (exceto contrato listado no item 5) somente se a contraparte do contrato for um cliente. O cliente é a parte que contratou com a entidade para obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação. A contraparte do contrato não será considerada um cliente se, por exemplo, a contraparte tenha contratado com a entidade sua participação em atividade ou em processo no qual as partes do contrato compartilham os riscos e benefícios”

Portanto, toda vez que o assunto for contrato com cliente será aplicado às diretrizes do CPC 47, salvo os contratos citados no item 05 do CPC.

Um contrato só será válido quando as partes concordarem com o contrato e estiverem determinadas em cumprir com as obrigações; quando for identificado o direito de cada parte, assim como o pagamento para os bens e serviços a serem transferidos, quando o contrato possuir natureza comercial e quando comprovável que a entidade receberá a contraprestação dos bens e serviços prestados. Somente com a identificação de todas as características citadas à cima o contrato poderá ser contabilizado.

O Pronunciamento também traz a definição de contratos como um acordo entre duas ou mais partes que geram direitos e obrigações, podendo este ser verbal, escrito ou sugeridos pelas práticas usuais de negócios da entidade.

É válido mencionar que quando o contrato não atender às exigências do item 9, a entidade deverá avaliar o contrato para determinar se os critérios do item 9 serão atendidos subsequentemente.



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

Quando um contrato for efetuado, a entidade deve reconhecer como receita o valor do preço da transição, que pode ser entendido como a totalidade ou apenas parte do valor estimado da contraprestação que deverá ser estimado utilizando o método do valor esperado ou do valor mais provável. O método a ser utilizado dependerá do que a entidade entender como mais viável para ela.

A entidade deve levar em conta também para determinar o preço da transação os termos do contrato e suas práticas de negócio, tendo em vista que o preço da transação é o valor da contraprestação à qual a entidade entende ter direito pelos bens e serviços oferecidos.

É importante que ao final do período seja feito uma atualização do preço da operação prevista, pois a entidade deve contabilizar as alterações no preço.

Em caso de pagamento que não seja em dinheiro, a entidade deve usar do valor justo para medir a contraprestação, caso não seja possível calcular o valor justo da contraprestação é necessário definir a contraprestação indiretamente tendo por base o preço de venda dos bens ou serviços individualizados.

No momento em que alguma das partes do acordo concluir a sua atuação neste, a entidade terá que registrar o contrato no Balanço Patrimonial, seja como Ativo ou Passivo de contrato, vai depender da performance da parte do cliente.

Segundo o CPC 47 “Passivo de contrato é a obrigação da entidade de transferir bens ou serviços ao cliente, em relação aos quais a entidade recebeu a contraprestação do cliente ou o valor da contraprestação for devido pelo cliente.” (CPC 47; 2018, p. 22, item 106).

“Ativo de contrato é um direito da entidade à contraprestação em troca de bens ou serviços que a entidade transferiu ao cliente. A entidade deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48.” (CPC 47; 2018, p. 22, item 106).

Para atingir os objetivos do CPC a entidade deve divulgar as informações qualitativas e quantitativas dos contratos com clientes, dos julgamentos criados ao aplicar as normas do CPC 47 aos contratos e dos ativos reconhecidos a partir dos custos.

É importante especificar o necessário para o alcance da divulgação, mas deve-se ter cautela à ênfase e ao nível de detalhamento para não ofuscar informações importantes.

A divulgação do contrato com clientes no Balanço Patrimonial de acordo com o pronunciamento 47 deve ser evidenciada em notas explicativas.

### **3.2.2 CPC 16 (R1) - Estoques**

O objetivo do CPC 16 é realizar uma mensuração para os estoques. Ele mantém nos registros o custo (Ativo) até que seja reconhecido como receita. O mesmo destaca o valor do custo dos estoques e o reconhecimento das despesas.

Os seguintes estoques não se aplicam ao CPC 16:

- Contratos de Construção ou Serviço que estejam em andamento (CPC 17, Contratos de Construção);

- Instrumentos Financeiros (CPC 38 e CPC 39)

- Ativos Biológicos referente a Atividade Agrícola CPC 29.

- Comerciantes de Commodities que avaliam pelo valor justo deduzido dos custos a venda.

Os estoques são classificados como materiais acabados para venda, mercado, podendo ser produtos em processo de produção ou até mesmo Matéria Prima a serem transformados em Produtos Acabado.

**Valor Realizável Líquido:** Está relacionado com a quantia Líquida que se deseja obter na venda dos estoques. São o preço de venda menos os custos, assim obtém-se o valor líquido de mercadoria de varejo.

**Valor Justo:** Relaciona-se mais com a base de troca entre compradores, ou seja, o valor que o cliente estima ser justo para a transação.

O Valor Líquido tem mensuração específica para entidade, já o valor Justo não, ele tem caráter variável.

Segundo o CPC 16 (2009), mensuração de estoque:



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

“Os estoques objeto deste Pronunciamento devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. “

O custo de Aquisição está ligado ao preço de compra, imposto e tributos, custos com transportes, seguros etc. Todo tipo de custo relacionado diretamente a mercadoria.

O custo de transformação relaciona-se a matéria-prima, nela será adicionado todo custo relacionado à produção.

Itens que não são classificados como custo dos estoques e sim como despesas do período em que são sucedidos: Desperdício de matéria, mão de obra e outros, gastos de armazenamento, despesas administrativas, despesas comerciais, relacionada a venda e entrega do produto.

Custo de estoque de Prestador de serviço: O Estoque dos Prestadores de Serviço são os Serviços em andamento, estes devem ser avaliados pelo custo da produção. Este custo relaciona-se diretamente com a mão de obra.

Critérios de Avaliação de Estoques:

PEPS – (Primeiro que Entra, Primeiro que sai). Os produtos mantidos em Estoque compram ou produtos acabados terão saídas controladas de acordo com a data de sua entrada, ou seja, os primeiros que entraram serão os primeiros a sair.

CUSTO MÉDIO PONDERADO – O custo do item é mensurado através da Média Ponderada dos Custos do Produto do período determinado.

No valor realizável líquido o custo dos estoques pode deixar de ser recuperável estiver inutilizável, onde o preço de venda sofra queda.

Para se reduzir o estoque ao valor realizável líquido, pode ser reduzido item por item, ou em grupos de materiais com a mesma classificação.

O valor realizável líquido de serviços ou contratos de venda, devem ser mensurados pelo Preço de Contrato. O mesmo deverá ser reavaliado com certa frequência para realizar os devidos ajustes.

Reconhecimento como despesa: Quando é realizada a venda dos Estoques os devidos custos são reconhecidos como despesa. As reversões são empregadas como despesas ou perdas no período corrente.

Ativos Imobilizados de construção própria podem ser movimentados para outras contas do ativo.

Segundo o CPC 16 (2009):

“As demonstrações contábeis devem divulgar:

- a. As políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados;
- b. O valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade;
- (c) O valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda;
- (d) O valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;
- (e) O valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período de acordo com o item 34;
- (f) O valor de toda reversão de qualquer redução do valor dos estoques reconhecida no resultado do período de acordo com o item 34;
- (g) As circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques de acordo com o item 34; e
- (h) O montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos.”

A conta de estoques se define em: Mercadorias, bens de consumo de produção, Materiais, produtos em elaboração e produtos acabados.

### **3.2.3 CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos**

O CPC 20 refere-se ao Custo de Empréstimos que está relacionado ao montante do financiamento adquirido pela empresa e possui por objetivo ampliar e constituir o ativo qualificável. O ativo qualificável pode ser adquirido ou construído para suprir as necessidades da empresa e demora um tempo para ficar pronto para uso ou venda, enquanto o ativo não qualificável é o ativo que já está pronto, ou seja, não terá mudanças posteriores.

Todo financiamento gera juros, segundo o CPC 20 a contabilização desses juros deve ser feita através dos juros oriundos dos financiamentos dos ativos qualificáveis.

Os custos de Empréstimos que estão diretamente ligados à aquisição ou constituição de um ativo qualificável são os que poderiam ser evitados se os gastos com os ativos qualificáveis não ocorressem. São considerados gastos com ativos qualificáveis apenas os que resultam em pagamento em caixa, transferência de outros ativos ou assunção de passivos onerosos.

Os Custos de empréstimos podem incluir de acordo com o CPC 20:

- “(a) encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros, como descrito no CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS  
de Títulos e Valores Mobiliários e no CPC 48 – Instrumentos Financeiros;  
(Alterada pela Revisão CPC 12) (b) (eliminada); (c) (eliminada); (d) encargos  
financeiros relativos aos arrendamentos mercantis financeiros reconhecidos  
de acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil; e (e)  
variações cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira, na  
extensão em que elas sejam consideradas como ajuste, para mais ou para  
menos, do custo dos juros.”

O início da capitalização deve partir dos custos de empréstimos na data de início do ativo qualificável, pois é nessa data que incide os gastos com ativo, os custos de empréstimos e inicia as atividades de preparo do ativo para seu uso ou venda.

A suspensão da capitalização de um ativo qualificável, ocorre quando a entidade para de desenvolver o ativo qualificável por um período de tempo.

Haverá cessação da capitalização somente quando os objetivos propostos ao ativo qualificável forem concluídos, seja objetivo de uso ou de venda.

Segundo o CPC 20:

“26. A entidade deve divulgar:  
(a) o total de custos de empréstimos capitalizados durante o período;  
(b) a taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização. ”

No entanto, se as informações gerarem alterações no regime contábil, pede - se que aplique o Pronunciamento aos custos de empréstimos utilizando a data posterior à data em que o pronunciamento entrou em vigor.

### **3.2.4 CPC 27 - Ativo Imobilizado**

Objetivo: O CPC 27 tem por objetivo discernir as mutações que o ativo imobilizado sofre, mostrando os principais pontos que são: Reconhecimento dos ativos; determinação de seus valores contábeis; depreciação e perdas por desvalorização.

O CPC 27 não se aplica nos seguintes casos:

- Ativo não circulante com finalidade de venda e operação descontinuada;
- Ativos Biológicos, relacionados à Agricultura.
- Exploração e Avaliação de Recursos Minerais
- Direito sobre jazidas e Reservas Minerais

O Valor Contábil é o valor pelo qual um ativo é classificado após ter deduzido o valor de sua depreciação.



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

Valor Depreciável é o custo do ativo menos seu valor residual

Valor justo é o preço de venda ou compra negociável no dia da mensuração.

O Ativo Imobilizado é um item Tangível, ou seja, está ligado ao uso na produção ou serviços, e que deverá ser utilizado por mais de um período.

A vida útil de uma determinada mercadoria é a quantia de tempo que determinado ativo será utilizado. E o quão produtivo, se espere que o determinado produto seja.

- Ativo Imobilizado terá custos reconhecidos no ativo quando: Forem provável benefícios futuros, econômicos e quando o custo puder ser mensurado confiavelmente, com certeza.

- Peças e ferramentas são considerados imobilizados apenas quando forem usadas mais de uma vez, ou estiverem ligadas a outro ativo imobilizado.

Custos iniciais:

Os custos relacionados a melhoramento e benfeitorias serão reconhecidos como ativo, porém os valores contábeis devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Custos Subsequentes:

Custos com mão de obra a entidade não reconhece no valor contábil, estes custos são reconhecidos no resultado, no período da apuração.

Para manter um item no ativo imobilizado, deve ser realizado regularmente inspeções, e peças utilizadas nesta situação serão baixadas, reconhecidas com valor contábil.

Conforme CPC 27 (2009):

“Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu custo.”

O ativo imobilizado é composto pelo seguinte custo: Preço de aquisição + impostos de importação e impostos relacionados a compra – descontos comerciais e abatimentos.

É considerado custo também, todo o gasto para colocar a mercadoria em funcionamento, mesmo caso é válido para restauração ou remoção e desmontagem do equipamento.



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

São considerados custos incorporados no Imobilizado, preparação do local, frete, manuseio, instalação, montagem, testes e honorários profissionais.

- Não custos do Ativo Imobilizado:

Abertura de Nova Instalação, introdução de novo produto ou serviço, treinamentos, transferências para um novo local, custos administrativos.

O custo do ativo é relacionado ao seu Preço a Vista, se exceder os prazos normais de crédito, o valor que ultrapassar deve ser classificado como Despesa com Juros.

De acordo com o CPC 27 (2009):

”Quando a opção pelo método de reavaliação for permitida por lei, a entidade deve optar pelo método de custo do item 30 ou pelo método de reavaliação do item 31 como sua política contábil e deve aplicar essa política a uma classe inteira de ativos imobilizados.”

Este ativo sofre Perdas e Depreciações. Ele pode ser reavaliado, isso ocorre de acordo com as mudanças dos valores justos.

Quando um item do ativo imobilizado for reavaliado, toda classe do ativo pertencente a esse item deve ser reavaliada.

Este determinado ativo é agrupado com ativos de sua natureza, por exemplo: terrenos, terrenos e edifícios, máquinas, navios, aviões, veículos e motor, móveis e utensílio, equipamentos de escritório e plantas portadoras.

- Depreciação

Cada item do ativo deve ser depreciado separadamente, pois cada produto pode ter a vida útil e o método de depreciação com períodos diferentes.

Conforme o CPC 27 (2009):

“A despesa de depreciação de cada período deve ser reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo”

A depreciação desse ativo inclui-se no custo de um ativo intangível. O valor depreciável é aprimorado ao longo da utilização de determinado produto.

Ao final de cada exercício são mensurados o valor residual e a vida útil do ativo. Se um equipamento for reparado não significa que o mesmo não precisa ser depreciado.

A depreciação de um ativo inicia-se quando ele está preparado para o uso e a mesma termina quando o ativo é mantido para venda ou na data que o ativo é baixado ou for completamente depreciado.

Terrenos e Edifícios são contabilizados separadamente.

No método de linha reta que é o saldo com depreciação linear obtém uma despesa constante, caso seu valor residual não altere.

O método de saldos decrescentes são saldos decrescentes durante a vida útil do ativo.

Método de unidades produzidas baseia-se no uso ou produção esperados.

Os ativos imobilizados sofrem desvalorização e perda.

Esses itens devem ser baixados por alienação ou quando não gera mais benefícios futuros.

De acordo com o CPC 27 (2009, p. 15):

“Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor contábil do item.”

### **3.2.5 CPC 04 (R1) - Ativo Intangível**

O CPC 04 traz o conceito de Ativo Intangível como ativo não monetário, ou seja, aquele que não representa dinheiro, valores em caixa. Também é característica do Ativo Intangível não possuir natureza física. O objetivo deste CPC é definir como se deve tratar contabilmente o ativo intangível e mensurar valor contábil a este, já que esse ativo não é tratado em nenhum outro CPC.

Para que um ativo seja considerado intangível ele deve ser:

·Identificável: Quando o ativo pode ser separado da empresa para ser vendido por exemplo.

·Controlável: Significa que a entidade tem controle sobre o ativo e detém poder dos benefícios que esse ativo pode gerar.

·Gerador de Benefícios Econômico: Quando o ativo tem capacidade de gerar receitas ou diminuir custos e despesas.



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

Alguns Ativos intangíveis não estão ao alcance do CPC 04 são eles:

- “(a) ativos intangíveis dentro do alcance de outro Pronunciamento Técnico;
- (b) ativos financeiros, conforme definidos no Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- (c) no reconhecimento e mensuração de ativos advindos da exploração e avaliação de recursos minerais (ver Pronunciamento Técnico CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, quando emitido);
- (d) gastos com desenvolvimento e extração de minerais, óleo, gás natural e recursos naturais não renováveis similares. “ (CPC 04, p. 3, item 2)

Segundo o CPC 04 os ativos intangíveis gerados internamente em uma entidade possuem duas fases:

·Pesquisa: É a fase em que a entidade levanta informações para poder criar o ativo intangível, esta fase é caracterizada pela incerteza das informações levantadas se trarão benefícios ou não, portanto todos os gastos com pesquisas deverão ser contabilizados como despesas.

Desenvolvimento: Esta fase sucede a pesquisa, pois desenvolverá a ideia obtida na fase de pesquisa. Assim como na fase de pesquisa a fase de desenvolvimento também gera gastos, porém os gastos com desenvolvimento poderão ser contabilizados como ativo intangível, desde que a entidade consiga comprovar viabilidade técnica, interesse em formar o ativo intangível, que existe mercado para o ativo em desenvolvimento, entre outros requisitos.

O Ativo Intangível deve ser contabilizado pelo seu valor de custo, que irá abranger o valor da compra se o ativo não foi desenvolvido internamente, mais os impostos recuperáveis, menos os abatimentos e descontos obtidos. Para chegar ao valor do custo, é preciso também considerar a amortização e o valor recuperável. Para isso deve-se observar a vida útil do ativo intangível que pode ser definida ou indefinida. Se a Vida útil do ativo for definida usa-se o processo de amortização e o valor recuperável. Entretanto, se a vida útil do ativo for indefinida aplica-se somente o valor recuperável.

Para apropriar o valor amortizável de um ativo, pode se utilizar de três métodos: Método Linear, Método dos Saldos Decrescentes e Método de Unidades Produzidas.

O Método Linear consiste na aplicação de uma taxa constante durante o tempo de vida útil estimado, por isso esse método também é conhecido como Método da Linha Reta. No Método dos Saldos Decrescente, são estabelecidas taxas variáveis decrescentes

para o tempo de vida útil do ativo. Já no Método de Unidades Produzidas estipula-se a taxa de amortização tendo por base uma estimativa de unidades produzidas durante um período de tempo.

Se o ativo intangível for um direito contratual não se deve considerar a vida útil como sendo maior que o prazo de vigência do contrato.

Por fim, para a divulgação das informações devem ser considerados alguns aspectos como valores agregados dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, reconhecidos no resultado durante o período; se o ativo possui vida útil definida ou indefinida (em caso de vida útil definida informar a taxa de amortização); informação acerca do valor contábil de perdas, amortização e valor recuperável, além das contas de amortização do resultado que o ativo intangível foi incluído.

### **3.2.6 CPC 12 - Ajuste a Valor Presente**

O objetivo do CPC 12 é a realização do Valor Presente, de elementos do ativo e passivo e demonstrar sua classificação nas receitas, mostrando a contabilização de juros.

A informação trazida pelo Valor Presente é de grande relevância, pois a mesma concede a correção de julgamentos de eventos passados e futuros. O CPC 12 é baseado em estimativas cujas devem ter como característica a confiabilidade.

O CPC 12 mensura o valor trago no valor presente e destaca em quanto tempo devem ser registrados nas demonstrações contábeis.

De acordo com o CPC 12 (2008, p. 02):

“No presente Pronunciamento determina-se que a mensuração contábil a valor presente seja aplicada no reconhecimento inicial de ativos e passivos. Apenas em certas situações excepcionais, como a que é adotada numa renegociação de dívida em que novos termos são estabelecidos, o ajuste a valor presente deve ser aplicado como se fosse nova medição de ativos e passivos. É de se ressaltar que essas situações de nova medição de ativos e passivos são raras e são matéria para julgamento daqueles que preparam e auditam demonstrações contábeis, vis-à-vis Pronunciamentos específicos.”

O conceito de ajuste nem sempre está ligado ao seu valor justo. Dessa forma o valor presente e o valor justo não se equiparam.



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

Ao se aplicar o valor presente devem-se associar os lançamentos em ativo e passivo levando em conta o valor do capital com tempestividade e as certezas a ele associados. É importante a redução na margem de erros, assumindo os riscos.

Ativos e Passivos compostos por juros devem ser mensurados pelo método do valor presente, conforme a situação será classificado o custo do ativo não monetário deve ser ajustado em contrapartida, ou em despesa e receita.

Conforme o CPC 12 (2008, p. 04):

“Ao se utilizarem, para fins contábeis, informações com base no fluxo de caixa e no valor presente, incertezas inerentes são obrigatoriamente levadas em consideração para efeito de mensuração, conforme já salientado em itens anteriores deste Pronunciamento. Do mesmo modo, o “preço” que participantes do mercado estão dispostos a “cobrar” para assumir riscos advindos de incertezas associadas a fluxos de caixa (ou em linguagem de finanças “o prêmio pelo risco”) deve ser igualmente avaliado. Ao se ignorar tal fato, há o concurso para a produção de informação contábil incompatível com o que seria uma representação adequada da realidade, imperativo da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamento Conceitual Básico deste CPC, tratado nos seus itens 33 e 34. Por outro lado, não são admissíveis ajustes arbitrários para prêmios por risco, mesmo com a justificativa de quase impossibilidade de se angariarem informações de participantes de mercado, pois, assim procedendo, é trazido viés para a mensuração.”

Este pronunciamento possui características qualitativas, relevância e confiabilidade. Ao realizar o valor presente pode haver duas situações, a realização de fluxos contratuais com razoável grau de incertezas, baseando-se em modelos específicos.

As reversões dos ajustes a valor presente devem ser classificadas como receitas ou despesas financeiras. Quando o financiamento tem por finalidade as atividades operacionais, a reversão será apropriada como receita operacional.

Passivos não contratuais possuem informações baseadas no valor presente. Os fluxos de caixa contêm algumas incertezas. Já o desconto a valor presente tem que ser considerado o risco de crédito da empresa, independente se é passivo contratual ou não.

O efeito de descontos de ativo e passivo a taxa aplicada deve ser antes dos impostos.

## 3.3 TEORIA DA CONTABILIDADE

Nesta unidade de estudos são abordados os conceitos sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, sobre o CPC 00 e qual seu fim, assim como também será demonstrados os conceitos de ativo e passivo, receitas e despesa e perdas e ganhos.

### 3.3.1 Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 00 é o primeiro pronunciamento que foi criado em 2005 através da Resolução 1055, e seu objetivo é estudar e emitir pronunciamentos contábeis com dois grandes objetivos, o primeiro deles é uniformizar e centralizar a regulamentação de normas contábeis, e o outro são fazer com que as normas contábeis brasileiras estejam em conformidade com as normas contábeis internacionais. Também tem a finalidade de dar suporte aos órgãos reguladores, auxiliar os responsáveis pela elaboração, auxiliar auditores, mas não é considerado um pronunciamento técnico específico, pois só deve ser considerado na ausência de outro pronunciamento específico que prevaleça sobre ele.

Este comitê é formado por diversos órgãos, entre eles:

- ABRASCA;
- APIMEC NACIONAL;
- BOVESPA;
- Conselho Federal de Contabilidade;
- FIPECAFI;
- IBRACON;

As demonstrações contábeis são elaboradas para os usuários externos em geral, pois são aquelas que necessitam das informações, principalmente investidores, financiadores e outros credores, sem hierarquia, àqueles que fornecem capital para as entidades.

Os conceitos básicos que CPC nos apresenta que para que ela seja útil, é que possua duas características fundamentais da informação contábil, ela deve ser relevante

e ser representada com fidedignidade. Há seguir apresentaremos um pouco mais sobre estas características:

## **CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS**

**Relevância:** é toda informação necessária para tomada de decisão, atualmente, uma das características principais da informação contábil, é que ela seja relevante, que faça diferença, que ela seja importante na tomada de decisão de qualquer público estratégico que lide com a empresa, como os sócios, funcionários, fornecedores, entre outros. A materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade, baseado na natureza ou na magnitude para os quais a informação está relacionada no contexto.

**Representação fidedigna:** precisa ser completa, neutra e livre de erros, sendo assim, precisa conter as informações necessárias para que o usuário compreenda, livre de viés, com processos livres de erros, retratando a realidade econômica.

## **CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE MELHORIA**

Também apresentamos no CPC as características qualitativas de melhoria, que são aquelas que são para melhorar as informações que são repassadas, a fim de que demonstrem mais satisfatoriamente as informações, e que melhore o entendimento daqueles que recebe. As características são:

**Comparabilidade:** tem que ter informações comparáveis entre os períodos, ou seja, permite comparar informações similares sobre outras entidades e sobre a mesma em período uso data diferentes.

**Verificabilidade:** diferentes observadores podem chegar a um consenso, sendo assim, uma vez seguidas as normas e os padrões, temos que ter sempre os mesmo resultados.

**Tempestividade:** toda informação contábil tem prazo de validade, quando ela fica “velha” ela perde sua utilidade, por isto, a informação disponível e atualizada a tempo de influenciar nas decisões.

**Compreensibilidade:** com clareza e com precisão, se ela não for compreensível ela é inútil.

A seguir, apresentamos a figura da Declaração de Conceitos de Contabilidade Financeira – SFAC 2, utilizada como base até hoje no CPC 00 da distribuição das informações contábeis.

### 3.3.2 Ativo e Passivo

#### ATIVO

São recursos que a empresa tem e consegue controlar, e estes têm finalidade de geração de benefícios econômicos futuros, são recursos de eventos gerados passados, que já aconteceram, tendo por sua finalidade uma geração de benefícios econômicos futuros.

Segundo a Info Escola (2018), escrito por Thais Pacievitch “ativos estão representados por todos os bens e direitos que uma instituição econômica possui e que possam ser valorizados em termos monetários”. Estes são classificados da seguinte forma:

**Ativo Circulante** – constitui aquele grupo de contas que representam bens e direitos, suscetíveis de serem convertidos em dinheiro ou de serem consumidos no próximo ciclo normal de operações normais da empresa (geralmente tem-se como base um ano). Os ativos circulantes são: dinheiro em caixa, conta movimento em bancos, mercadorias, depósitos bancários, matéria primas e títulos.

**Ativo Permanente** – são títulos, bônus, ações, etc., os quais representam investimentos adquiridos de outras empresas ou do Estado, não com a intenção de vendê-los em curto prazo, mas de preservá-los para obter para obter renda, na medida em que o tempo passa. Dentro deste grupo podem ser incluídos terrenos quando for com fins especulativos. Ativo em longo prazo – estão representados pelos direitos que possui uma entidade econômica, os quais serão recuperáveis ou exigíveis num prazo maior a um ano. Exemplo disto são os impostos a recuperar e contratos de mútuo valor.

Entre outros tipos de ativos, podemos citar:

- Ativo Fixo
- Tangíveis

- Intangíveis
- Ativo Diferido

Existem alguns ativos que não se encaixam nas cinco descrições anteriores, denominados outros ativos. Aqui podemos incluir seguros de vida e depósitos dados como garantia, por exemplo. ”

Já Segundo Reinaldo Luís Linelli, do site Portal da Contabilidade (2018), “um ativo mais completamente analisado é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual a entidade espera obter futuros benefícios econômicos. Dessa forma, existem três termos, que em conjunto são fundamentais para que o item seja considerado um ativo: o controle realizado pela entidade, ser resultante de um evento que ocorreu no passado e a geração de um benefício econômico futuro”.

Contudo, conclui-se que ativo é o Grupo dos Bens e Direitos, dividido por ordem de liquidez é separado entre Circulante e Não Circulante, sendo que circulante são os que a empresa consegue transformar em dinheiro com facilidade enquanto Não Circulante representa menos liquidez.

## **PASSIVO**

Segundo IUDÍCIBUS (2017) P.145- sobre Passivo (exigibilidade) diz que “uma característica essencial de uma exigibilidade é que a empresa tem uma obrigação no momento da avaliação”. Uma obrigação é o dever ou a responsabilidade de agir ou de cumprir de certa forma.

As obrigações podem ser legalmente executáveis como consequência de um contrato restritivo (obrigatório) ou algum requisito estatutário ou legal. Esse é normalmente o caso, por exemplo, com valores a pagar correspondentes a bens e serviços recebidos.

É preciso deixar bem claro, todavia, que obrigações (passivos, exigibilidades) também surgem como consequência de práticas comerciais usuais, hábitos comerciais e do desejo (e necessidade) de manter boas relações comerciais e de agir de forma justa e equitativa.



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

Se, por exemplo, uma empresa decide, como sendo uma política da firma, consertar defeitos de seus produtos, mesmo que esses apareçam após o período de garantia, os montantes que se espera gastar com relação a bens já vendidos são exigibilidades, a serem provisionadas no ato da venda, ou de acordo com experiência estatística com tais defeitos, no final de cada mês ou período de avaliação contábil.

O Passivo Exigível poderá ser dividido em:

“a)Exigíveis Onerosos e Não Onerosos

Exigíveis Onerosos são aqueles que estão custando à empresa, mensalmente, juros e encargos bancários: Financiamentos, Empréstimos Bancários etc. São chamados, também, de Passivos Financeiros.

Obrigações com as quais a empresa não paga encargos financeiros são denominadas Não Onerosas: Salários, Fornecedores etc. São também chamados de Passivos Operacionais.

b)Exigíveis Fixos e Exigíveis Variáveis

Os Fixos são aqueles que não variam com o volume de vendas da empresa: Aluguéis, Imposto de Renda etc.

Os Variáveis são aqueles que guardam uma certa relação com o volume de vendas: ICMS e IPI a Recolher, Fornecedores, Salários etc.

c)Exigíveis de Coligadas e Exigíveis de Terceiros

As obrigações com coligadas são aquelas contraídas junto a outras empresas do grupo. São dívidas de menor responsabilidade, dando maior flexibilidade financeira e menor risco de falência.

As obrigações com terceiros são aquelas contraídas junto a empresas que não possuem qualquer vínculo com a tomadora do empréstimo. São dívidas de maior responsabilidade com risco de falência: Fornecedores, Empréstimos Bancários etc.

d)Exigíveis Preferenciais e Exigíveis Quirografários

Num caso de falência, são dívidas que serão liquidadas em primeiro lugar:

1)Despesas com falência;

2)Empregados e Encargos Sociais (legislação do trabalho), limitados a 150 salários mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho;

3)Dívidas com garantias reais (hipotecas, penhor mercantil);

4)Governo (impostos) e outros créditos;

5)Exigível Quirografário – os que não se enquadram nos preferenciais:

Fornecedores, Dividendos, os saldos que excederem o limite estabelecido de 150 salários mínimos referentes à legislação do trabalho etc.”

Portanto, passivos são deveres e obrigações, composto por contas redutoras representadas pela expressão “a Pagar” ou “a Recolher”, envolvendo contas como Fornecedores, Credores, Tributos a recolher, por exemplo. É parte do Passivo também o Patrimônio Líquido, que representa a diferença dos Ativos e Passivos além de trazer o Lucro ou Prejuízo do período.

## 3.3.3 Receitas, Despesas, Perdas e Ganhos

### Receitas

Receitas são aumentos patrimoniais de uma entidade, as receitas em geral decorrem de vendas de mercadorias, de aluguéis ativos, de juros ativos, descontos ativos, entre outros, no entanto, existem outras formas de obter receita, uma delas é o recebimento de doações. As doações recebidas devem ser apropriadas como receitas pelas entidades, em contrapartidas da conta ativo respectiva que identifique os recursos recebidos como doação (numerário, imóveis, veículos, e etc.) também se consideram receitas os ganhos auferidos pela entidade. Ganhos tem caráter eventual e derivam de atividades não operacionais da entidade, por exemplo, se uma empresa prestadora de serviço de informática vender um imóvel de sua propriedade, esta venda terá caráter não operacional, (já que o negócio da empresa é prestar serviços de informática) e a diferença a maior registrada (entre o valor de venda e o custo de aquisição do bem) será considerada ganho de Capital, a ser apurado no resultado do exercício como outras receitas. Por exemplo, na venda, por R\$70.000,00 à vista, de um imóvel cujo valor contábil seja R\$50.000,00, o lançamento será:

#### **Lançamento- receita pela venda do imóvel**

D - Caixa

C - Receita com alienação de bens imóveis     R\$ 70.000,00

#### **Lançamento- despesa pela baixa do imóvel**

D - Despesa com alienação de bens imóveis

C - Imóveis     R\$ 50.000,00

Segundo LUDÍCIBUS, (p.159-160,2015) “A Receita pode ser definida, de acordo com o estudo do IASB, como o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimos de exigibilidades e que redundam num acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacionado a ajustes de capital”. Conquanto esta definição caracterize os efeitos do surgimento de uma receita

no ativo (ou no passivo) e no Patrimônio Líquido, não caracteriza a essência do que se quer definir.

## **Operacional e não operacional**

Em primeiro lugar, uma receita é a resultante, direta (no caso de ser operacional como Vendas) ou indireta (no caso de receitas não operacionais, como Juros – derivantes de manutenção de ativos), da atividade da empresa de gerar produtos ou serviços que tenham utilidade para o mercado.

Não existiria receita operacional se a entidade não fosse capaz de gerar ou produzir, utilizando seus recursos (e, como se verá, incorrendo em despesas), produtos ou serviços que o mercado aceitasse. Dessa forma, pode-se considerar que a Receita é um fluxo de produtos ou serviços durante certo período contábil.

## **Princípio da realização da receita**

O efeito, no patrimônio, é o descrito pela definição do IASB, qual seja, de provocar um aumento de ativo (ou diminuição de passivo) e, ao mesmo tempo, um acréscimo de Patrimônio Líquido. Foi tratado, no Capítulo 8, sobre o Regime de Competência que, a fim de se reconhecer receita, não é absolutamente indispensável que o produto ou serviço já tenha sido completamente transferido ao cliente, embora esta seja a situação mais comum.

É por isso que se insiste no fato de que Receita é o resultado da aceitação por parte do mercado do esforço de produção da empresa. É preciso deixar bem claro, todavia, que a definição geral de Receita engloba a receita propriamente dita e os ganhos.

## **Conceito de Despesas**

Para Favero, (2011, p.102-103) as despesas e os ganhos são reconhecidos:

“Despesa representa os sacrifícios de recursos com que a entidade se vê obrigada a arcar para a obtenção da receita”. Exemplificando: para que uma empresa possa revender determinada mercadoria, vários esforços são efetuados para colocá-la em condições de venda, como os gastos com aluguel, energia elétrica, telefone, funcionários etc. que representam os sacrifícios efetuados para que a empresa possa obter a receita da venda das

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

mercadorias. Nunca é tarde lembrar que em condições normais esse sacrifício não deve superar os benefícios esperados, pois nesse caso não valeria a pena tal esforço.

Assim como a receita, a despesa também é classificada em operacional, outras despesas operacionais e outras despesas.

Despesa Operacional:

Representa a utilização ou consumo de bens e serviços na atividade normal da empresa com o objetivo de produzir a receita. Considera-se atividade normal aquela que representa o ramo de atividade da empresa. As atividades são, em geral, regulares e recorrentes. Como exemplos de despesas operacionais existentes nas empresas mercantis, temos: despesas com vendas, despesas administrativas e gerais, despesas financeiras etc.

Outras Despesas Operacionais:

São despesas não recorrentes, ou seja, despesas que ocorrem eventualmente ou esporadicamente. Exemplo: prejuízo na participação em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial.

Outras Despesas:

Não estão relacionados com a atividade principal da empresa. Como exemplo de outras despesas, temos: prejuízo na venda de equipamentos do imobilizado da empresa, prejuízo na venda de veículo do imobilizado da empresa etc.

Mensuração da Despesa:

O propósito de mensuração da despesa é determinar as importâncias a serem consideradas no exercício corrente e diferir para exercícios futuros aquelas importâncias que representem transformação de bens e serviços que serão utilizados naqueles exercícios. Trata-se, na verdade, de uma aplicação do regime de competência para a separação dos valores pertencentes a cada exercício social.

Ocorrência da Despesa:

Por definição, incorre-se em despesa quando se consomem ou utilizam bens e serviços no processo de obter receitas. A despesa é reconhecida pelo consumo e sua contabilização é efetuada em contas de natureza específica, aqui denominadas de contas de resultado ou diferenciais.

As despesas representarão:

- a) uma diminuição do Ativo, sem alteração dos valores do Passivo, quando forem pagas a vista;
- b) um aumento do Passivo, sem alteração dos valores do Ativo, quando forem para pagamentos posteriores;
- c) uma diminuição do Ativo sem alteração no Passivo, quando forem resultantes de gastos diferidos e apropriados no período, em função de sua realização; e
- d) uma diminuição do Ativo sem alterações no Passivo, quando forem resultantes de depreciação, exaustão, amortização etc.

É importante lembrar que nas afirmações acima está implícita a ocorrência do consumo. Pois compra de materiais para o almoxarifado, tanto a vista como a prazo, não pode ser caracterizada como despesa. Necessário se torna que ocorra o consumo, que é o fato gerador da despesa.”

## **Perdas e Ganhos**

Segundo LUDÍCIBUS, (2015, p.159-160).

“Especificamente, um ganho representa um resultado líquido favorável resultante de transações ou eventos não relacionados às operações normais do empreendimento”. Um caso interessante é o das doações recebidas pela empresa, que se podem caracterizar como patrimônio ou como ganho, dependendo da intenção do doador e das circunstâncias da doação. Algumas doações podem ser feitas para fortalecer o patrimônio da empresa; na verdade, na maior parte das vezes, isto acontece. Outras vezes, todavia, como no recebimento de pagamentos extras ou “pagamentos de consciência” para demonstrar reconhecimento por serviços recebidos, à doação pode reforçar o rendimento da entidade. De qualquer forma, o valor das doações deveria ser registrado ou mensurado da mesma forma como fazemos com a receita, isto é, pelo valor corrente dos ativos recebidos na transação de doação. Todavia, grande parte dos ganhos resulta de um confronto entre aspectos favoráveis, semelhantes à mensuração da receita, e desfavoráveis, parecidos com o reconhecimento das despesas, isto é, pelo valor dos bens e serviços utilizados na operação.

No que se refere ao momento de seu reconhecimento, é semelhante ao da receita; entretanto, os contadores são mais rigorosos na aplicação do critério da realização no caso de ganhos do que no caso de receitas. Note-se que ganhos não podem assemelhar-se a receita, e perda não pode assemelhar-se a despesa. Embora quase todos os ganhos e perdas sejam “não operacionais”, não é rigorosamente correto denominá-los como receitas não operacional ou extraordinária, mas como ganhos extraordinários (ou perdas), tendo em vista a definição aceita de receita.

No caso específico das perdas, pode ser utilizada esta expressão como oposto de ganho. Trata-se do efeito líquido desfavorável que não surge das operações normais do empreendimento. É importante, agora, fazer uma distinção, válida também para os ganhos. Uma operação pode ser não operacional, não ligada às atividades principais do empreendimento e, mesmo assim, ser recorrente. É o caso das vendas de ativos não destinados à venda. O Comitê de Terminologia do AICPA definiu perdas como “o excesso de toda ou de uma parte do custo dos ativos sobre as receitas respectivas, se existir, quando os itens forem vendidos, abandonados ou parcial ou totalmente destruídos em consequência de sinistros ou de alguma outra forma baixados”. A American Accounting Association definiu-as como “custos expirados que não são benéficos para as atividades produtoras de receita da empresa”. Insiste-se no fato de que as perdas são expirações de valor não relacionadas com as operações normais de qualquer período. A rigor, uma perda (ou ganho) não deveria ser confundida com ajustes de períodos anteriores, mas nem sempre é fácil fazer esta distinção, na prática. Perdas de valor de ativos, não previstas, são, sem dúvida, perdas, mas, se tivessem sido previstas, talvez tivessem sido alocadas como despesas. O reconhecimento das perdas é semelhante ao reconhecimento das despesas, embora não possam ser confrontadas com a receita. Desta forma, deveríamos registrá-las no período em que se torna claro que determinado ativo proverá menor soma de benefícios futuros para a empresa do que sua avaliação possa indicar. A boa teoria manda que não devemos atrasar o reconhecimento das perdas. Por exemplo, quando um equipamento não totalmente depreciado for substituído, o custo não depreciado não deverá ser adicionado ao custo do novo equipamento, mas baixado como perda.”

## 3.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS

Nessa unidade de estudo, tivemos a oportunidade de aplicar nossos conhecimentos e as teorias aplicadas por nossos professores da escola de negócios, nos mostrando de como é a rotina de um contador no seu dia-a-dia, e de como é elaborados lançamentos nos livros diários e razão, sendo parametrizado para que de forma automática e rápida e certa, ao fazermos os lançamentos do livro diário, já vai de formar certa para o livro razão, e ao termino do período, o Balanço Patrimonial, a DRE e a DFC, sendo necessárias para que a entidade fechasse suas demonstrações com êxito.

Assim podemos dizer e apresentar as seguir as operações realiza no projeto e apresentar as demonstrações e os livros contábeis finalizados em um determinado período e anexados seus relatórios conferidos.

### 3.4.1 – Balanço Patrimonial

Segundo Costa, Rodrigo Simão (p.37-38, 2013) o balanço patrimonial, por sua vez como o seu principal objetivo em demonstrar a real situação de uma entidade em um determinado período, contido nele todos seus bens, direitos e as obrigações que a empresa possui, sendo mais pratico para que seja feita uma analise minuciosa sobre a situação financeira e patrimonial em certo momento da entidade.

Sua estrutura é composta por dois lados, sendo que o lado esquerdo fica o ativo, representando os bens e direitos, já o lado direito está composto pelo passivo e o patrimônio líquida que representa as obrigações.

Com tudo podemos analisar o balanço patrimonial e comparando com as demonstrações anteriores e analisando seu crescimento, sua liquidez, o seu endividamento e a sua lucratividade.

Essa demonstração está equiparada pelo artigo nº178 da Lei nº6.404/1976, sendo alterada pela Lei nº11.638/2007, determinando a sua estrutura e o seus grupos de contas que devem conter no balanço patrimonial.

## **3.4.2 – Demonstração do Resultado do Exercício - DRE**

A Declaração do Resultado do Exercício (DRE) é uma das demonstrações como o balanço patrimonial, sendo equiparados pela Lei 11.638/2007, que modificou alguns assuntos da Lei nº6. 404/1975.

Por tanto Costa, Rodrigo Simão (p.67-69, 2013) relata que a DRE é necessária que seja elaborada com finalidade de evidenciar os resultados gerados em determinado período seja, lucro ou prejuízo, sendo claro para que outros usuários possam entender como essas informações foram geradas, quais quer que seja o resultado, será evidenciado no balanço patrimonial (lucro ou prejuízo).

Na DRE iremos utilizar as contas de ativo, passivo, as receitas, os custos e as despesas, pois eles que irão atribuir o resultado, ou seja, se todas as receitas forem maiores que os custos e as despesas a entidade obterá um lucro, mas se acontecer o contrario a entidade registrara um prejuízo em sua demonstração de resultado do exercício. Por tanto podemos dizer que sua estrutura é uma forma dedutível, pois sua estrutura começa com as receitas brutas, e iremos subtrair todos os custos e despesas.

Segundo Costa, Rodrigo Simão (2013) também a DRE é utiliza o regime de competência, ou seja, que as receitas sejam avista ou prazo, a sua contabilização deverá ser registrada no momento em que ocorrer as operações, não só com as receitas, mas também com as despesas e receitas também.

## **3.4.3 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC**

Segundo a Lei 11.638/2007, tornou-se a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), obrigatória atualmente, que substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recurso (Doar). Portanto algumas sociedades de capital fechado que obtenha um patrimônio inferior a R\$ 2 milhões, na presente data do Balanço Patrimonial, ou também as empresas que cuja sociedade média e pequeno porte que tenha o valor R\$ 240 milhões, ou obter uma receita seja maior ou menor do que R\$ 300 milhões, essas entidades estará dispensadas de declarar a DFC.

A DFC por sua vez tem como a sua principal finalidade de demonstrar todas as variações e movimentações que possa vir ocorrer no caixa, banco e outros bens mais disponíveis da entidade em certo momento, com a capacidade de apurar e apresentar todas as saídas e entradas da empresa até o momento presente.

### **3.4.4 – Razão Contábil**

O Razão Contábil é uma demonstração, onde tem a forma de um “ T ”, onde a base é o nome da conta, o lado direito é lado dos valores a débito e a esquerda o crédito, ele foi elaborado nos métodos das partidas dobradas pelo Frei Luca Pacioli, onde todo lançamento á debito terá um ou mais lançamentos a crédito, ou vice-versa.

Por tanto, no livro razão todo final e fechamento do período de chegar de alguma entidade, precisa fechar os saldos das movimentações de cada conta, sejam elas, contas patrimoniais ou de resultados, para que seja concluída toda parti contábil das empresas e devera ser assinada pelo contador responsável.

## 3.5 CONTABILIDADE COMERCIAL

Nessa etapa do Projeto Interdisciplinar será abordada a disciplina de Contabilidade Comercial, ministrada pelo Professor Max Streicher Vallim, aqui abordaremos minuciosamente assuntos como Transações Comerciais, Operações Financeiras e Folha de Pagamento.

Em Transações Comerciais será descrito compra e venda de mercadorias, juntamente com os impostos gerados por essas operações e seus devidos lançamentos na contabilidade. Também será relacionado a essas Transações Comerciais ao estoque que recebe diretamente os impactos de compra e venda, a partir de então serão mencionados o conceito e a apuração do CMV e RCM.

Nas Operações Financeiras serão detalhados os meios de registro e serão efetuados os lançamentos com desígnio de mostrar como deve ser feito a contabilização de recebimento de vendas, pagamento de compras de mercadorias, descontos obtidos e concedidos, desconto de duplicatas, empréstimos e financiamentos.

Por fim, será explicado teoricamente a respeito da Folha de Pagamento e depois esta será desincorporada para mostrar detalhadamente o que integra e os lançamentos que são feitos para contabilização dos salários dos funcionários.

É relevante mencionar que os lançamentos serão realizados segundo a teoria de Luca Pacioli conhecida como Método das Partidas Dobradas, que consiste que para cada Débito deve Haver um Crédito de igual valor.

### **3.5.1 – Transações Comerciais**

As mercadorias são os meios principais de adquirir recursos monetários que uma empresa comercial pode ter, ou seja, uma empresa comercial em que sua atividade seja compra para revenda como principal operação necessariamente é mantida pelas transações comerciais de compras e vendas.

Nessas operações existem dois métodos que podem ser utilizados para registro delas, como as contas mistas, pois a conta de Mercadorias exerce duas funções, tanto patrimonial quanto de resultado, ou seja, no Balanço Patrimonial é registrar o valor dos estoques iniciais e final. Juntamente com outras contas do ativo, e o resultado porque

são registradas as compras, as devoluções de compras, as vendas e as devoluções das vendas.

Já as contas desdobradas, como próprio nome diz, que a conta Mercadorias será utilizada quantas contas for necessária para que a contabilização seja efetuada com as informações verídicas, sendo envolvidas as operações com mercadorias, portanto, pode ser utilizada três contas basicamente com as operações, como:

- Mercadorias;
- Compras;
- Vendas;

Nas operações em que a empresa realiza uma compra ou venda de mercadorias, sendo um fato gerador de alguns tributos e como deve ser efetuado seu registro na contabilidade, como citado acima com exemplos, que ao realizar compras de mercadorias gera créditos e na nas operações com as vendas gera despesas.

Com essas operações para que a entidade possa ter um melhor acompanhamento sobre suas entradas e saídas de seu estoque, precisa fazer um acompanhamento diariamente, para que a empresa possa apurar resultado da sua conta Mercadorias quando desejar em um determinado período, tomando as devidas decisões.

As Transações Comerciais de compra, venda e devolução de mercadorias envolvem os principais tributos:

## **ICMS:**

Segundo Sergio de Ludícibus e José Carlos Marion em seu livro Contabilidade Comercial:

“**ICMS** – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – de competência dos Estados e do Distrito Federal. (...). É também chamado de Imposto Não Cumulativo (Imposto sobre o Valor Agregado – IVA), porque, em regra geral, pode-se compensar o valor do ICMS devido durante a venda, com ICMS sobre mercadoria adquirida para revenda.”

O total de ICMS na compra de mercadorias especificado na Nota Fiscal deve ser separado do custo das mercadorias, pois esse montante deve ser lançado em conta



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

própria “ICMS à Recuperar” para que os Estoques recebam o valor líquido da matéria prima adquirida.

O valor do ICMS é determinado pela base de cálculo que se refere ao valor total do produto que sendo comercializado, que multiplicado por uma alíquota variável de acordo com o estado destinado resulta no valor do ICMS a ser destacado na Nota Fiscal.

Exemplo de lançamento de ICMS na Compra de Mercadorias:

- Compra de Mercadorias no valor de R\$10.000,00 considerando alíquota de ICMS 18%.

D- Compra de Mercadoria – R\$8.200,00

D- ICMS à Recuperar – R\$1.800,00

C- Fornecedores – R\$10.000,00

Na venda de mercadorias o ICMS deverá ser contabilizado em conta “ICMS à Recolher” e o Valor da conta “Venda de Mercadorias“ deverá receber o valor Bruto da nota fiscal, somente depois deverá ser destacado o ICMS, conforme exemplo a seguir:

- Venda de Mercadorias no valor de R\$ 20.000,00 com alíquota de ICMS de 18%:

D- Venda de Mercadoria – R\$ 20.000,00

C- Caixa/ Clientes – R\$ 20.000,00

D- ICMS s/ Vendas – R\$ 3.600,00

C- ICMS à Recolher – R\$ 3.600,00

Como ICMS é um imposto não cumulativo, ou seja, pode ser recuperado em outra operação, sendo assim no momento do recolhimento desse Imposto para o Estado devemos fazer a apuração do ICMS para que a entidade desembolse somente o valor necessário ao Estado.

A Apuração de ICMS consiste em confrontar as contas “ICMS à Recuperar” e “ICMS a Recolher”, e assim fazer os lançamentos devidos para zerar a conta que possuir menor saldo.

Utilizando por base os exemplos mencionados anteriormente de compra e venda de mercadorias temos a conta “ICMS à Recuperar” com saldo devedor de R\$ 1.800,00 e a conta “ICMS à Recolher” com saldo credor de R\$3.600,00. Portanto a conta que



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

apresenta menor saldo é a de “ICMS à Recuperar” e por isso deverá ser zerada conforme lançamentos abaixo:

D- ICMS à Recolher – R\$ 1.800,00

C- ICMS à Recuperar – R\$ 1.800,00

Com o Lançamento de R\$ 1.800,00 à credito na conta “ICMS Recuperar” esta passa a ter saldo zero e a conta “ICMS à Recolher” passa a ter um saldo final de R\$ 1.800,00 que remete o valor de Imposto a ser pago ao Estado.

### **3.5.2 – Operações Financeiras**

As Vendas poderão ser contabilizadas considerando a entrega ou execução de produtos e serviços e não apenas o recebimento, ou seja, pode ser considerado para a contabilização não somente o Regime de Caixa que consiste em integrar as receitas e despesas na apuração do resultado no período em que forem recebidas, mas também o Regime de Competência que equivale reconhecer as receitas e despesas no período em que ocorreu independente do recebimento ou pagamento.

As vendas possuem variação no período de recebimento, podendo ocorrer à vista ou a prazo conforme ajustado com cliente. Quando é contabilizado uma venda à vista, esta irá interferir diretamente no caixa da entidade, já a contabilização da venda à prazo gera um direito a receber e só intervêm no caixa no momento do recebimento da parcela.

- **Registro de recebimento de venda à vista:**

No dia 01/06/x1 A Empresa Carrefour realizou uma venda de um notebook, à vista no valor de R\$ 3.500,00, para o cliente Z.

O lançamento contábil para essa operação será realizado da seguinte forma:

D- Caixa/ Banco– R\$ 3.500,00

C-Vendas de Mercadorias – R\$ 3.500,00

- **Registro de recebimento de venda a prazo**

No dia 02/06/x1 A Empresa Carrefour realizou uma venda de um celular, a prazo no valor de R\$ 1.500,00, para o cliente X:

D- Clientes – R\$ 1.500,00

C- Vendas de Mercadorias – R\$ 1.500,00

Na contabilização de compras de mercadorias para revenda como no caso da Empresa Carrefour, o ICMS, IPI e outros impostos Recuperáveis destacado na aquisição das mercadorias deve ser excluído do custo de aquisição, contabilizando-se somente o valor correspondente à mercadoria que entrará no ativo da empresa. Esse procedimento possibilita que a mercadoria entre no estoque pelo seu valor líquido, sem os impostos recuperáveis incluso na Nota Fiscal. Em caso de impostos em que a empresa não tenha direito a crédito, o mesmo deve integrar o custo de aquisição das mercadorias.

- **Registro contábil de Pagamento de Compra de Mercadoria**

Em 01/06/x1 a empresa Carrefour realizou o pagamento de uma compra de mercadoria no valor de R\$ 5.000,00:

D- Fornecedor X – R\$ 5.000,00

C- Banco Conta Movimento- R\$5.000,00

No momento em que determinada empresa obtém um desconto no pagamento de títulos, a mesma deverá contabilizar esse desconto no Resultado da empresa no grupo de receitas financeiras na conta de “Descontos obtidos”.

Diante disso, deverá ser debitado a conta Fornecedores no valor Bruto do Título em questão, e creditado a conta “ Caixa/Bancos” no valor líquido recebido e a conta “ Descontos Obtidos” no valor total descontado do título.

- **Registro Contábil de Desconto Obtido**

Em 01/06/x1 a empresa Carrefour fez uma compra no valor de R\$ 30.000,00, e obteve desconto comercial de 5% sobre o total no pagamento da compra:

D- Fornecedor – R\$ 30.000,00

C- Caixa/ Bancos – R\$ 28.500,00

C-Desconto Obtido – R\$ 1.500,00

Quando a empresa concede desconto a seus clientes por adiantamento de títulos ou pagamentos no prazo deve –se contabilizar determinada operação como resultado no grupo “Despesa Financeira” em “Desconto Concedido”.

Neste caso, será debitado a conta “Caixa/Bancos” com valor líquido do Título, ou seja, o Valor total do Título subtraído o valor do desconto concedido, também será debitada a conta “Desconto Concedido” com o valor total do desconto. Em contrapartida deverá ser creditado a conta “Clientes” no valor Bruto do Título, conforme exemplo a seguir:

- **Registro contábil com Desconto Concedido**

Em 01/06/x1 a empresa Carrefour realizou uma venda de mercadorias no valor de R\$ 10.200,00, e concedeu um desconto de R\$ 200,00 para liquidação do título no prazo correto. Portanto recebeu do seu cliente o valor líquido de R\$ 10.000,00:

D- Caixa/ Bancos – R\$ 10.000,00

D- Desconto Concedido – R\$ 200,00

C- Clientes – R\$ 10.200,00

- **Operação de Desconto de Duplicatas**

O Desconto de duplicata consiste em “vender a prazo e receber à vista”, o processo ocorre quando a empresa entrega suas duplicatas para o Banco e o mesmo faz antecipação do valor total das duplicatas subtraído dos juros estabelecidos pelo próprio



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

banco na conta da empresa. Em caso de não liquidação dos títulos por parte do devedor a empresa é responsável pelo pagamento e por isso terá o valor descontado da sua conta bancária.

A operação de desconto de duplicatas deve ser registrada na conta do passivo circulante de nomeação “Duplicatas Descontadas”. Essa conta deverá ser creditada no momento em que a empresa libera as duplicatas para o Banco e ele faz o depósito na conta da empresa. O débito de “Duplicatas Descontadas” ocorre quando o título é liquidado ou quando o Banco desconta da empresa o valor da duplicata não liquidada.

Os encargos estabelecidos pelo Banco são despesas antecipadas por isso devem ser contabilizadas como “Encargos Financeiros” onde será debitada no momento do desconto e creditada no momento em que for finalizada a operação.

- **Operação de Empréstimo e Financiamento**

Empréstimos e financiamentos são operações financeiras que ocorre quando a instituição ou pessoa física solicita uma quantia de dinheiro para financiar imobilizados ou para capital de giro à instituição bancária que empresta o valor para recebimento em longo prazo crescido de taxas de juros. A contabilização de empréstimos e financiamentos ocorre a partir do mesmo raciocínio, o que diferencia é a destinação dos recursos monetários que no caso de financiamento tem que ser especificado para onde será aplicado.

O registro contábil do empréstimo e financiamento ocorre quando a empresa recebe o dinheiro que é coincidente com a data do contrato, caso este contrato seja em parcelas a contabilização irá ocorrer conforme o recebimento das parcelas.

Imaginemos que o a rede Carrefour tomou um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00 sendo que foi deduzido R\$ 800,00 para pagamento de IOF.

Neste exemplo iremos debitar a conta “Banco” no valor líquido do empréstimo e a conta de Resultado “IOF sobre Empréstimo” no valor deduzido do empréstimo. E será creditada a conta “Empréstimos – Banco X” no valor bruto, conforme exemplo:



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

D- Banco – R\$ 99.200,00

D- IOF sobre Empréstimo – R\$ 800,00

C- Empréstimos – Banco X – R\$ 100.000,00

Os juros cobrados sobre o empréstimo serão provisionados conforme regime de competência independente do pagamento. Supondo por exemplo que os juros sobre o empréstimo de R\$100.000,00 renda R\$25.000,00 de juros. O registro contábil deverá ser realizado da seguinte forma:

D- Juros Passivos (Resultado) – R\$25.000,00

C- Empréstimos – Banco X – R\$25.000,00

### **3.5.3 – Operações com Folha de Pagamento**

Folha de Pagamento é um nome dado ao relatório mensal de todos os funcionários, que deve ser provisionada mês a mês realizado normalmente pelo departamento pessoal da empresa, relatando despesas e encargos referentes ao mês trabalhado, encargos como: 13º salário, férias, INSS, IRRF, descontado do salário, vale transporte, vale alimentação e também pode conter as verbas paga aos funcionários por ocasião de rescisão do contrato de trabalho.

Segundo o livro Fundamentos Contábeis II organizado por Antônio Sebastião dos Santos os próprios funcionários custeiam a sua contribuição social, que são descontados dos salários mensalmente, e a responsabilidade é da própria empresa de fazer o recolhimento, esses valores já são descontados na folha de pagamento. O FGTS (Fundo de garantia por tempo de serviço) é um encargo que não pode ser deduzido ou ressarcido dos valores pagos da empresa ao governo. O valor do FGTS a ser pago ao governo depende do valor dos salários pago aos funcionários.

A previdência social não é mantida apenas com a contribuição dos funcionários, as empresas empregadoras também pagam valores ao INSS por meio dos encargos sociais. A base de cálculo para definir qual o valor a empresa deverá recolher ao INSS depende do salário do empregado. Ao fazer o recolhimento, o recurso é dividido em



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

diversas partes, com destinações específicas: Fundo de previdência e Assistência Social, salário-família, salário-maternidade, salário-educação, seguro de acidente de trabalho etc.

Os funcionários com salários altos acima de certos valores determinados pelo governo recolhem o IRRF (Imposto de renda retido sobre a fonte), e para que eles possam se aposentar recolhem o INSS (Instituto nacional de seguridade social). Existe outros encargos que são descontados dos salários dos funcionários se caso existir acordo, pois não é obrigatório que são: seguro de vida, plano de saúde, plano odontológico entre outros, se existir acordo esses valores são descontados da folha de pagamento.

Se caso os funcionários precisarem de adiantamento, que pode -se dizer que é um empréstimo ao funcionário antes de vencer o mês, esse valor também será descontado na folha de pagamento.

Os lançamentos contábeis para Folha de Pagamento de um empregado com remuneração de R\$ 1.700,00 devem ser elaborados da seguinte forma:

- Lançamentos de FGTS:
  - D- FGTS (Resultado -Despesa)
  - C- FGTS à Recolher (Passivo Circulante)
  
  - D- FGTS (Resultado - Despesa)
  - C- Provisão FGTS sobre Férias (Passivo Circulante)
  
  - D- FGTS (Resultado - Despesa)
  - C- Provisão FGTS sobre 13º (Passivo Circulante)
  
- Lançamentos de INSS:
  - D- Salários e Ordenados a pagar (Passivo Circulante)
  
  - C- INSS à Recolher (Passivo Circulante)

D- INSS parte empresa (Resultado – Despesa)

C- INSS à Recolher (Passivo Circulante)

D- INSS SAT (Resultado – Despesa)

C- INSS à Recolher (Passivo Circulante)

D- INSS sobre Terceiros (Resultado – Despesa)

C- INSS à Recolher (Passivo Circulante)

D- INSS parte empresa (Resultado – Despesa)

C- Provisão INSS sobre Férias (Passivo Circulante)

D- INSS parte empresa (Resultado – Despesa)

C- Provisão INSS sobre 13º (Passivo Circulante)

D- INSS SAT (Resultado – Despesa)

C- Provisão INSS sobre 13º (Passivo Circulante)

- Lançamento de Hora Extra:

D- Hora Extra (Resultado)

C- Salários e Ordenados a pagar (Passivo Circulante)

- Lançamento de Adicional Noturno:

D- Adicional Noturno (Resultado – Despesa)

C- Salários e Ordenados a pagar (Passivo Circulante)

- Adiantamento de salário:

D- Adiantamento de Salários (Ativo Circulante)

C- Banco Conta Movimento (Ativo Circulante)

D- Salário a pagar (Passivo Circulante)

C- Adiantamento de Salário (Ativo Circulante)

- Lançamento de provisão da Folha de Pagamento:

D- Folha de Pagamento (Resultado)

C- Salários e Ordenados a pagar (Passivo Circulante)

- Lançamento do pagamento do salário:

D- Salários e Ordenados a pagar (Passivo Circulante)

C- Banco Conta Movimento

## **Imposto de Renda e CSLL**

Imposto de renda é um valor descontado do rendimento anual de pessoas físicas (IRPF) e jurídicas (IRPJ) que rendimento superior ao valor mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

Segundo o Decreto Nº 3.000 de 26 de março de 1.999:

“Art. 2º As pessoas físicas domiciliadas ou residentes no Brasil, titulares de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza, inclusive rendimentos e ganhos de capital, são contribuintes do imposto de renda, sem distinção da nacionalidade, sexo, idade, estado civil ou profissão (Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, art. 1º, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 43, e Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 4º).

§ 1º São também contribuintes as pessoas físicas que perceberem rendimentos de bens de que tenham a posse como se lhes pertencessem, de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, art. 1º, parágrafo único, e Lei nº 5.172, de 1966, art. 45).

§ 2º O imposto será devido à medida em que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos, sem prejuízo do ajuste estabelecido no art. 85 (Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, art. 2º)”.

Em casos de Trabalhadores com ganho superior ao estabelecido o Imposto de Renda é descontado direto na fonte, ou seja, o salário desse trabalhador virá automaticamente com dedução do imposto.

Além do desconto do Imposto de renda todo contribuinte deve apresentar anualmente uma declaração de ajuste anual para prestar contas e apurar se o



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

contribuinte possui débitos ou créditos com a Receita Federal, que é a responsável pelo recolhimento desse tributo.

As alíquotas para saber o quanto deve-se contribuir de Imposto de renda são variáveis de acordo com o ganho de cada contribuinte e as tabelas que relacionam o ganho com a alíquota do desconto é disponibilizada pela Receita Federal.

Segundo a Receita Federal:

“Estão sujeitas ao pagamento da CSLL as pessoas jurídicas e as pessoas físicas a elas equiparadas, domiciliadas no País. A alíquota da CSLL é de 9% (nove por cento) para as pessoas jurídicas em geral, e de 15% (quinze por cento), no caso das pessoas jurídicas consideradas instituições financeiras, de seguros privados e de capitalização. A apuração da CSLL deve acompanhar a forma de tributação do lucro adotada para o IRPJ.”

As leis que determinam a apuração e pagamento empregados à CSLL são as mesmas que são estipuladas para o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ. As outras normas são regidas por normas específicas para este tipo de contribuição.

### **LALUR (Ajustes ao Lucro Líquido no Lucro Real)**

O Lalur é um livro fiscal que obriga todas as pessoas jurídicas contribuintes de Imposto de Renda com base no Lucro Real a fazer a possuem escrituração do Lalur, esse livro ajusta os demonstrativos contábeis para a declaração de Imposto de Renda, a fim de apontar o valor exato de tributos devidos ao fisco.

Segundo o site da Receita Federal o Lalur é composto basicamente por duas partes com igual quantidade de folhas cada uma:

- a) Parte A, destinada aos lançamentos de ajuste do lucro líquido do período (adições, exclusões e compensações), tendo como fecho a transcrição da demonstração do lucro real; e
- b) Parte B, destinada exclusivamente ao controle dos valores que não constem da escrituração comercial, mas que devam influenciar a determinação do lucro real de períodos futuros.”

Os lançamentos no Lalur poderão ser feitos anual ou trimestral conforme regime adotado pelo contribuinte.

O principal objetivo do Lalur é contribuir para o cálculo de Imposto de renda e CSLL, a partir de informações que não constam na escrituração comercial.

## 4 CONCLUSÃO

Neste Projeto abordamos no que foi ensinado em todas disciplinas citadas em todo conteúdo acima, como em contabilidade avançada pudemos desenvolver os métodos de avaliação de investimentos, saber o que é uma empresa coligada, controlada e controladas em conjunto e quais suas influências, e aprendemos os métodos de elaborar uma DFC (fluxo de caixa) tanto no método direto quanto no indireto.

Na disciplina de análise de normas e pronunciamentos contábeis onde aplicamos o Comitê de Pronunciamentos Contábeis é o representante das normas contábeis do Brasil. Foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/05.

O CPC tem como objetivo os Pronunciamentos Técnicos sobre os mecanismos da Contabilidade e a divulgação das informações da mesma, visando a centralização e uniformização do processo de produção considerando a convergência da Contabilidade nos padrões internacionais.

No presente documento foi abordado seis CPCs, sendo o CPC 47 que relata as receitas de contrato com clientes, CPC 16 referente aos estoques, CPC 20 de Custos de Empréstimos, CPC 27 pertencente ao Imobilizado, CPC 04 relativo ao Ativo Intangível e por fim CPC 12 perante ao Valor Justo.

Já na disciplina de teoria da contabilidade, no qual foi tratado sobre Estrutura conceitual Básica da Contabilidade temos como verdade as informações de que surgiu ao longo de várias tentativas de estabelecerem princípios e normas gerais, e em 2005 houve a criação do CPC, e em 2008 o CPC aprova o pronunciamento conceitual básico de contabilidade.

Um dos seus objetivos é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira da entidade que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisão e apresentar os resultados da administração na gestão da entidade e sua capacidade na prestação de contas quanto aos recursos que lhes for confiado. Sendo assim, os conceitos básicos que o CPC nos apresenta que para que as informações sejam úteis, é que possua duas características fundamentais da informação



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

contábil, ela deve ser relevante e ser representada com fidedignidade, sendo estas as características fundamentais da informação, mas ela também de apresentar as características de melhorias que é a comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Pertinente aos ativos e passivos, ativo é um grupo dos Bens e Direitos, dividido por ordem de liquidez é separado entre Circulante e Não Circulante, sendo que circulante são os que a empresa consegue transformar em dinheiro com facilidade enquanto Não Circulante representa menos liquidez. Já o passivo são deveres e obrigações, composto por contas redutoras representadas pela expressão “a Pagar” ou “a Recolher”, envolvendo contas como Fornecedores, Credores, Tributos a recolher, por exemplo. É parte do Passivo também o Patrimônio Líquido, que representa a diferença dos Ativos e Passivos além de trazer o Lucro ou Prejuízo do período.

Na presente unidade de estudo, Prática de Sistemas Contábeis, foi abordado a parte prática dos lançamentos contábeis através do uso do Sistema Alterdata, onde foi efetuado os lançamentos de toda a movimentação da Empresa Carrefour, conseqüentemente ao final de um determinado período gerou-se o Balanço Patrimonial da mesma, juntamente com a DRE, DFC e o Livro Razão onde segue nos anexos essas demonstrações.

E na última unidade de estudos de Contabilidade Comercial foi possível desenvolver, todas as formas e lançamentos de todas as operações comerciais e financeiras, além da contabilização da folha de pagamento provisionada em um determinado período.

Contudo, esse projeto auxiliou para termos um maior desenvolvimento em cada unidade minuciosamente estudada, nos estimulando e nos orientando em como deve ser pesquisado e aplicado todas as bases para que seja feito uma contabilidade correta, com as informações coerentes para que os controllers possam elaborar suas análises e assim tomar as melhores decisões para o crescimento e desenvolvimento da empresa.

## REFERÊNCIAS

- MARTINS, Eliseu [et. al.]. **Manual de Contabilidade Societária**. 2º ed. – São Paulo: Atlas, 2013.
- FREZATTI, Fábio. **Gestão do Fluxo de Caixa**. 2º ed. – São Paulo: Atlas, 2014.
- MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington 1945- **Contabilidade de Custos**. 11. ed. – São Paulo : Atlas, 2015.
- VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério. **Contabilidade Avançada**. 17ª ed, São Paulo: Saraiva, 2013.
- LAGIOAIA, Umbelina C. Teixeira. **Pronunciamentos Contábeis na Prática**. Vol. 3, São Paulo: Editora Atlas, 2013.
- SILVA, Edson Cordeiro. **Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas**. 9ºed, São Paulo: Editora Atlas, 2016.
- CPC 00. Disponível em:  
<[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)> Acesso em 16 Maio 2018.
- CPC 03. Disponível em:  
<[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183\\_CPC\\_03\\_R2\\_rev%2010.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2010.pdf)> Acesso em 4 de Maio 2018.
- CPC 47. Disponível em:  
<[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/527\\_CPC\\_47.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/527_CPC_47.pdf)> Acesso em 14 de Abril de 2018.
- CPC 16. Disponível em:  
<[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/243\\_CPC\\_16\\_R1\\_rev%2012.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2012.pdf)> Acesso em 28 de Abril de 2018.
- CPC 20. Disponível em:  
<[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/281\\_CPC\\_20\\_R1\\_rev%2012.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/281_CPC_20_R1_rev%2012.pdf)> Acesso em 12 de Maio de 2018.
- CPC 27. Disponível em:  
<[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316\\_CPC\\_27\\_rev%2012.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2012.pdf)> Acesso em 30 de Abril de 2018.
- CPC 04. Disponível em:  
<[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187\\_CPC\\_04\\_R1\\_rev%2012.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2012.pdf)> Acesso em 05 de Maio de 2018.
- CPC 12. Disponível em:  
<[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/219\\_CPC\\_12.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/219_CPC_12.pdf)> Acesso em 05 de Maio de 2018.
- BERNADETE, Tombosi. Disponível em:  
<<http://www.afixcode.com.br/blog/contabilidade-valor-justo-conceito/>> Acesso em 4 de Maio 2018.
- INFOESCOLA. **Navegando e aprendendo**. Disponível em:  
<<https://www.infoescola.com/economia/ativos-e-passivos/>>. Acesso em: 24 mai. 2018.



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Ativo - um conceito mais amplo**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ativo-um-conceito-amplo.htm>>.

Acesso em: 24 mai. 2018.

LUDÍCIBUS, Sérgio [et al]. **Introdução à teoria da contabilidade: para graduação**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

FAVERO, Hamilton Luiz; [et al]. **Contabilidade Teoria e Prática**. V.1; 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

LUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 11ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

DECRETO Nº 3000. Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3000.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm)> Acesso em 05 de maio de 2018.

CSLL. Disponível em:

< <http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/tributos/CSLL>> Acesso em 09 de junho de 2018.

IRPJ. Disponível em:

< <http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/tributos/IRPJ>> Acesso em 09 de junho de 2018.

ELEUTÉRIO DA LUZ, Érico. **Contabilidade Comercial**. 1ª Ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Comercial Fácil**. 18ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva 2013.

LUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial: atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09**. 10ª ed. – São Paulo: Editora Atlas, 2016.

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS  
ANEXOS

## ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA(00001)	FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS		
Balanço Patrimonial Encerrado em 31/03/2018	Diário: 1	Folha: 3	
Descrição	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
<b>ATIVO (7)</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE (14)</b>			
<b>DISPONIBILIDADES (21)</b>			
<b>CAIXA EQUIVALENTES DE CAIXA (28)</b>			
CAIXA (35)	1.1.01.001.0001	3.242.000,00D	3.543.608,00D
<b>=CAIXA EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>**3.242.000,00D</b>	<b>**3.543.608,00D</b>
<b>BANCOS CONTA MOVIMENTO (42)</b>			
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (49)	1.1.01.002.0001	0,00D	1.107.314,32C
BANCO CONTA MOVIMENTO (1092)	1.1.01.002.0002	0,00D	26.000,00C
BANCO LISTA 4 (1414)	1.1.01.002.0003	0,00D	1.710.274,80D
<b>=BANCOS CONTA MOVIMENTO</b>		<b>*****0,00</b>	<b>****576.960,48D</b>
<b>=DISPONIBILIDADES</b>		<b>**3.242.000,00D</b>	<b>**4.120.568,48D</b>
<b>CONTAS A RECEBER (56)</b>			
<b>CONTAS A RECEBER DIVERSAS (63)</b>			
CLIENTES (70)	1.1.02.001.0001	901.000,00D	1.049.720,00D
OUTRAS CONTAS A RECEBER (77)	1.1.02.001.0002	4.435.000,00D	4.435.000,00D
CLIENTES LISTA 4 (1442)	1.1.02.001.0005	0,00D	72.800,00D
<b>=CONTAS A RECEBER DIVERSAS</b>		<b>**5.336.000,00D</b>	<b>**5.557.520,00D</b>
<b>=CONTAS A RECEBER</b>		<b>**5.336.000,00D</b>	<b>**5.557.520,00D</b>
<b>CREDITOS DE FUNCIONARIOS (1379)</b>			
<b>ANTECIPACOES (1386)</b>			
ANTECIPACAO DE SALARIO (1393)	1.1.03.001.0001	0,00	29.120,00D
<b>=ANTECIPACOES</b>		<b>*****0,00</b>	<b>*****29.120,00D</b>
<b>=CREDITOS DE FUNCIONARIOS</b>		<b>*****0,00D</b>	<b>*****29.120,00D</b>
<b>ESTOQUES (84)</b>			
<b>ESTOQUES DE MERCADORIAS (91)</b>			
MERCADORIAS PARA REVENDA (98)	1.1.04.001.0001	4.751.000,00D	4.751.000,00D
<b>=ESTOQUES DE MERCADORIAS</b>		<b>**4.751.000,00D</b>	<b>**4.751.000,00D</b>
<b>=ESTOQUES</b>		<b>**4.751.000,00D</b>	<b>**4.751.000,00D</b>
<b>TRIBUTOS A RECUPERAR (105)</b>			
<b>TRIBUTOS A RECUPERAR (112)</b>			
IMPOSTOS A RECUPERAR (119)	1.1.06.001.0001	280.000,00D	280.000,00D
ICMS Á RECUPERAR (1064)	1.1.06.001.0002	0,00D	184.392,00D

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA(00001)		FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS	
Balço Patrimonial Encerrado em 31/03/2018		Diário: 1	Folha: 4
Descrição	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
PIS Á RECUPERAR (1071)	1.1.06.001.0003	0,00D	16.902,60D
COFINS Á RECUPERAR (1078)	1.1.06.001.0004	0,00D	77.854,40D
<b>=TRIBUTOS A RECUPERAR</b>		<b>****280.000,00D</b>	<b>****559.149,00D</b>
<b>=TRIBUTOS A RECUPERAR</b>		<b>****280.000,00D</b>	<b>****559.149,00D</b>
<b>DESPESAS ANTECIPADAS (126)</b>			
<b>DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE(133)</b>			
SEGUROS A APROPRIAR (140)	1.1.07.001.0001	152.000,00D	152.000,00D
<b>=DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE</b>		<b>****152.000,00D</b>	<b>****152.000,00D</b>
<b>=DESPESAS ANTECIPADAS</b>		<b>****152.000,00D</b>	<b>****152.000,00D</b>
<b>=Total - ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>*13.761.000,00D</b>	<b>*15.169.357,48D</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE(168)</b>			
<b>ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO (175)</b>			
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS (182)</b>			
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LONGO PRAZO (189)	1.2.01.001.0001	235.000,00D	235.000,00D
<b>=APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>		<b>****235.000,00D</b>	<b>****235.000,00D</b>
<b>CONTAS A RECEBER (196)</b>			
CONTAS A RECEBER LONGO PRAZO (203)	1.2.01.003.0001	128.000,00D	128.000,00D
<b>=CONTAS A RECEBER</b>		<b>****128.000,00D</b>	<b>****128.000,00D</b>
<b>TRIBUTOS DIFERIDOS (210)</b>			
TRIBUTOS DIFERIDOS (217)	1.2.01.006.0001	158.000,00D	158.000,00D
<b>=TRIBUTOS DIFERIDOS</b>		<b>****158.000,00D</b>	<b>****158.000,00D</b>
<b>DESPESAS ANTECIPADAS (224)</b>			
DESPESAS A APROPRIAR LONGO PRAZO (231)	1.2.01.007.0001	16.000,00D	16.000,00D
<b>=DESPESAS ANTECIPADAS</b>		<b>*****16.000,00D</b>	<b>*****16.000,00D</b>
<b>OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES (238)</b>			
OUTROS (245)	1.2.01.009.0001	82.000,00D	82.000,00D
TRIBUTOS A RECUPERAR (252)	1.2.01.009.0002	734.000,00D	734.000,00D
DEPOSITOS JUDICIAIS (259)	1.2.01.009.0003	1.952.000,00D	1.952.000,00D
<b>=OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>		<b>**2.768.000,00D</b>	<b>**2.768.000,00D</b>
<b>=ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>**3.305.000,00D</b>	<b>**3.305.000,00D</b>
<b>INVESTIMENTOS (266)</b>			
<b>PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS (273)</b>			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS (280)	1.2.02.001.0001	66.000,00D	66.000,00D

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA(00001)		FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS	
Balanco Patrimonial Encerrado em 31/03/2018		Diário: 1	Folha: 5
Descrição	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
<b>=PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>		<b>*****66.000,00D</b>	<b>*****66.000,00D</b>
<b>PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS (287)</b>			
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO (294)	1.2.02.002.0001	89.000,00D	89.000,00D
<b>=PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS</b>		<b>*****89.000,00D</b>	<b>*****89.000,00D</b>
<b>=INVESTIMENTOS</b>		<b>****155.000,00D</b>	<b>****155.000,00D</b>
<b>IMOBILIZADO (301)</b>			
<b>IMÓVEIS (308)</b>			
IMÓVEIS (315)	1.2.03.001.0001	8.941.000,00D	8.941.000,00D
<b>=IMÓVEIS</b>		<b>**8.941.000,00D</b>	<b>**8.941.000,00D</b>
<b>=IMOBILIZADO</b>		<b>**8.941.000,00D</b>	<b>**8.941.000,00D</b>
<b>INTANGÍVEL (322)</b>			
<b>MARCAS EPATENTES (329)</b>			
MARCAS (336)	1.2.04.001.0001	2.166.000,00D	2.166.000,00D
<b>=MARCAS EPATENTES</b>		<b>**2.166.000,00D</b>	<b>**2.166.000,00D</b>
<b>=INTANGÍVEL</b>		<b>**2.166.000,00D</b>	<b>**2.166.000,00D</b>
<b>=Total - ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>*14.567.000,00D</b>	<b>*14.567.000,00D</b>
<b>=Total - ATIVO</b>		<b>*28.328.000,00D</b>	<b>*29.736.357,48D</b>

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

Descrição	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
<b>CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA(00001)</b>		<b>FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS</b>	
Balanco Patrimonial Encerrado em 31/03/2018		Diário: 1	Folha: 6
<b>PASSIVO (343)</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE(350)</b>			
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS (357)</b>			
<b>SALARIOS E ORDENADOS (364)</b>			
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR (371)	2.1.01.001.0001	589.000,00C	586.336,42C
<b>=SALARIOS E ORDENADOS</b>		<b>****589.000,00C</b>	<b>***586.336,42C</b>
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS (1295)</b>			
INSS A RECOLHER (1302)	2.1.01.002.0001	0,00C	5.055,99C
<b>=OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>		<b>*****0,00</b>	<b>*****5.055,99C</b>
<b>=OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>		<b>****589.000,00C</b>	<b>***591.392,41C</b>
<b>FORNECEDORES (378)</b>			
<b>FORNECEDORES NACIONAIS (385)</b>			
FORNECEDOR X (392)	2.1.02.001.0001	8.007.000,00C	8.048.600,00C
FORNECEDOR A (1057)	2.1.02.001.0002	0,00C	52.000,00C
FORNECEDOR LISTA 4 (1456)	2.1.02.001.0004	0,00C	457.600,00C
<b>=FORNECEDORES NACIONAIS</b>		<b>**8.007.000,00C</b>	<b>**8.558.200,00C</b>
<b>=FORNECEDORES</b>		<b>**8.007.000,00C</b>	<b>**8.558.200,00C</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS (399)</b>			
<b>IMPOSTOS A PAGAR (406)</b>			
ICMS Á RECOLHER (413)	2.1.03.001.0001	369.000,00C	688.737,60C
PIS Á RECOLHER (1043)	2.1.03.001.0002	0,00C	29.309,28C
COFINS Á RECOLHER (1050)	2.1.03.001.0003	0,00C	135.000,32C
<b>=IMPOSTOS A PAGAR</b>		<b>****369.000,00C</b>	<b>***853.047,20C</b>
<b>=OBRIGAÇÕES FISCAIS</b>		<b>****369.000,00C</b>	<b>***853.047,20C</b>
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (420)</b>			
<b>EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO (427)</b>			
BANCO ABC S.A (434)	2.1.04.001.0001	645.000,00C	645.000,00C
<b>=EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO</b>		<b>****645.000,00C</b>	<b>***645.000,00C</b>
<b>=EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		<b>****645.000,00C</b>	<b>***645.000,00C</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (441)</b>			
<b>OBRIGAÇÕES DIVERSAS (448)</b>			
OUTRAS OBRIGAÇÕES (455)	2.1.05.001.0001	3.707.000,00C	3.707.000,00C
<b>=OBRIGAÇÕES DIVERSAS</b>		<b>**3.707.000,00C</b>	<b>**3.707.000,00C</b>

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA(00001)		FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS	
Balço Patrimonial Encerrado em 31/03/2018		Diário: 1	Folha: 7
Descrição	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
<b>=OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>**3.707.000,00C</b>	<b>**3.707.000,00C</b>
<b>PROVISÕES (462)</b>			
<b>PROVISÕES DE FERIAS E 13º SALÁRIO (469)</b>			
PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO (476)	2.1.06.001.0001	4.000,00C	26.743,87C
INSS S/ FERIAS (1337)	2.1.06.001.0002	0,00C	2.578,43C
FGTS S/ FERIAS (1344)	2.1.06.001.0003	0,00C	1.251,62C
INSS S/ 13º SALARIO (1351)	2.1.06.001.0004	0,00C	1.309,08C
<b>=PROVISÕES DE FERIAS E 13º SALÁRIO</b>		<b>*****4.000,00C</b>	<b>*****31.883,00C</b>
<b>=PROVISÕES</b>		<b>*****4.000,00C</b>	<b>*****31.883,00C</b>
<b>=Total - PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>*13.321.000,00C</b>	<b>*14.386.522,61C</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE (483)</b>			
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (490)</b>			
<b>EMPRÉSTIMOS DE LONGO PRAZO (497)</b>			
BANCO ABC S.A (504)	2.2.01.001.0001	3.394.000,00C	3.394.000,00C
<b>=EMPRÉSTIMOS DE LONGO PRAZO</b>		<b>**3.394.000,00C</b>	<b>**3.394.000,00C</b>
<b>=EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		<b>**3.394.000,00C</b>	<b>**3.394.000,00C</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (511)</b>			
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO (518)</b>			
OUTRAS OBRIGAÇÕES (525)	2.2.02.001.0001	143.000,00C	143.000,00C
<b>=OUTRAS OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO</b>		<b>****143.000,00C</b>	<b>****143.000,00C</b>
<b>=OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>****143.000,00C</b>	<b>****143.000,00C</b>
<b>TRIBUTOS DIFERIDOS (532)</b>			
<b>TRIBUTOS DIFERIDOS LONGO PRAZO (539)</b>			
TRIBUTOS DIFERIDOS (546)	2.2.03.001.0001	399.000,00C	399.000,00C
<b>=TRIBUTOS DIFERIDOS LONGO PRAZO</b>		<b>****399.000,00C</b>	<b>****399.000,00C</b>
<b>=TRIBUTOS DIFERIDOS</b>		<b>****399.000,00C</b>	<b>****399.000,00C</b>
<b>PROVISÕES (553)</b>			
<b>PROVISÕES LONGO PRAZO (560)</b>			
PROVISÕES (567)	2.2.04.001.0001	2.608.000,00C	2.608.000,00C
<b>=PROVISÕES LONGO PRAZO</b>		<b>**2.608.000,00C</b>	<b>**2.608.000,00C</b>
<b>=PROVISÕES</b>		<b>**2.608.000,00C</b>	<b>**2.608.000,00C</b>
<b>LUCROS E RECEITAS A APROPRIAR (574)</b>			
<b>LUCROS E RECEITAS A APROPRIAR (581)</b>			

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA(00001)		FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS	
Balanco Patrimonial Encerrado em 31/03/2018		Diário: 1	Folha: 8
Descrição	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
LUCROS FUTUROS A APROPRIAR (588)	2.2.06.001.0001	14.000,00C	14.000,00C
<b>=LUCROS E RECEITAS A APROPRIAR</b>		<b>*****14.000,00C</b>	<b>*****14.000,00C</b>
<b>=LUCROS E RECEITAS A APROPRIAR</b>		<b>*****14.000,00C</b>	<b>*****14.000,00C</b>
<b>=Total - PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>**6.558.000,00C</b>	<b>**6.558.000,00C</b>
<b>PATRIMONIO LIQUIDO (595)</b>			
<b>CAPITAL SOCIAL REALIZADO (602)</b>			
<b>CAPITAL SOCIAL (609)</b>			
CAPITAL SOCIAL REGISTRADO (616)	2.3.01.001.0001	4.055.000,00C	4.055.000,00C
<b>=CAPITAL SOCIAL</b>		<b>**4.055.000,00C</b>	<b>**4.055.000,00C</b>
<b>=CAPITAL SOCIAL REALIZADO</b>		<b>**4.055.000,00C</b>	<b>**4.055.000,00C</b>
<b>RESERVAS DE CAPITAL (623)</b>			
<b>RESERVAS DE CAPITAL (630)</b>			
RESERVAS DE CAPITAL (637)	2.3.02.001.0001	384.000,00C	384.000,00C
<b>=RESERVAS DE CAPITAL</b>		<b>***384.000,00C</b>	<b>***384.000,00C</b>
<b>=RESERVAS DE CAPITAL</b>		<b>***384.000,00C</b>	<b>***384.000,00C</b>
<b>RESERVAS DE LUCROS (644)</b>			
<b>RESERVAS DE LUCROS (651)</b>			
RESERVAS DE LUCROS (658)	2.3.04.001.0001	3.061.000,00C	3.403.834,87C
<b>=RESERVAS DE LUCROS</b>		<b>**3.061.000,00C</b>	<b>**3.403.834,87C</b>
<b>=RESERVAS DE LUCROS</b>		<b>**3.061.000,00C</b>	<b>**3.403.834,87C</b>
<b>AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (665)</b>			
<b>AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (672)</b>			
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (679)	2.3.06.001.0001	1.000,00C	1.000,00C
<b>=AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>		<b>*****1.000,00C</b>	<b>*****1.000,00C</b>
<b>=AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>		<b>*****1.000,00C</b>	<b>*****1.000,00C</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES (686)</b>			
<b>PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES (693)</b>			
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES (700)	2.3.09.001.0001	948.000,00C	948.000,00C
<b>=PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>		<b>***948.000,00C</b>	<b>***948.000,00C</b>
<b>=PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>		<b>***948.000,00C</b>	<b>***948.000,00C</b>
<b>=Total - PATRIMONIO LIQUIDO</b>		<b>**8.449.000,00C</b>	<b>**8.791.834,87C</b>
<b>=Total - PASSIVO</b>		<b>*28.328.000,00C</b>	<b>*29.736.357,48C</b>

## ANEXO II – DRE

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA(00001)		FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS	
Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2018 até 31/03/2018		Diário :1 Folha: 9	
Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
RECEITAS			
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS			
RECEITAS BRUTA DE VENDAS			
VENDAS DE MERCADORIAS	4.1.01.001.0001	1008	1.651.520,00C
<b>=RECEITAS BRUTA DE VENDAS</b>			<b>**1.651.520,00C</b>
DEVOLUÇÃO DE VENDAS			
DEVOLUÇÃO DE VENDAS	4.1.01.002.0001	1512	62.400,00D
<b>=DEVOLUÇÃO DE VENDAS</b>			<b>*****62.400,00D</b>
IMPOSTOS SOBRE VENDAS			
ICMS SOBRE VENDAS	4.1.01.003.0001	1022	286.041,60D
PIS SOBRE VENDAS	4.1.01.003.0002	1029	26.220,48D
COFINS SOBRE VENDAS	4.1.01.003.0003	1036	120.773,12D
<b>=IMPOSTOS SOBRE VENDAS</b>			<b>****433.035,20D</b>
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	4.1.01.005.0001	1477	609.055,00D
<b>=RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS</b>			<b>****547.029,80C</b>
<b>=Total - RECEITAS OPERACIONAIS</b>			<b>****547.029,80C</b>
<b>=Total - RECETAS</b>			<b>****547.029,80C</b>

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
<b>CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA(00001)</b>			<b>FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS</b>
Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2018 até 31/03/2018			Diário :1 Folha: 10
<b>CUSTOS/DESPEAS</b>			
<b>DESPESAS</b>			
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>			
SALÁRIOS	3.1.01.001.0001	1176	107.200,00D
HORAS EXTRAS	3.1.01.001.0002	1183	12.864,00D
DSR S/ EXTRAS	3.1.01.001.0003	1190	24.516,80D
13º SALÁRIO	3.1.01.001.0005	1204	11.290,30D
FÉRIAS	3.1.01.001.0006	1211	9.621,00D
FGTS	3.1.01.001.0007	1218	12.512,96D
INSS PARTE EMPRESA	3.1.01.001.0008	1225	31.282,42D
INSS SAT	3.1.01.001.0009	1232	1.564,12D
INSS S/ TERCEIROS	3.1.01.001.0010	1239	13.823,33D
ADICIONAL NOTURNO	3.1.01.001.0011	1246	10.720,00D
<b>=DESPESA COM PESSOAL</b>			<b>****235.394,93D</b>
<b>RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>			
VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO	3.1.01.002.0001	1470	31.200,00C
<b>=RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>			<b>****31.200,00C</b>
<b>=DESPESAS OPERACIONAIS</b>			<b>****204.194,93D</b>
<b>=Total - DESPESAS</b>			<b>****204.194,93D</b>
<b>=Total - CUSTOS/DESPEAS</b>			<b>****204.194,93D</b>

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

<b>CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA(00001)</b>	FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS
Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2018 até 31/03/2018	Diário :1 Folha: 11

Descrição	Classificação	Conta	Exercício Atual
APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
COMPRAS			
COMPRAS MERCADORIAS MERCADO INTERNO			
COMPRAS DE MERCADORIAS	5.3.01.001	1120	0,00D
<b>=COMPRAS MERCADORIAS MERCADO INTERNO</b>			<b>*****0,00D</b>
<b>=Total - COMPRAS</b>			<b>*****0,00D</b>
<b>=Total - APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>			<b>*****0,00</b>

RESULTADO DO EXERCÍCIO

---

RECEITAS----->	547.029,80C
DESPESAS + RESULTADO DO EXERCÍCIO-->	204.194,93D
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: *****	342.834,87

---

## ANEXO III – RAZÃO CONTÁBIL

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (00001)				FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS		
Razão Geral de 01/01/2018 até 31/01/2018				Livro :1		Folha: 3
Data	Histórico	C/P	Lote	Débito	Crédito	Saldo
<b>CAIXA (35) 1.1.01.001.0001</b>						
						Saldo Anterior:
						3.242.000,00D
05/01/2018	VENDAS CONFORME ECFs 01-99		1008 00001	41.600,00		3.283.600,00D
				Total Dia:		41.600,00
					0,00	3.283.600,00D
08/01/2018	PAGAMENTO COMPRA PRAZO - NF443		392 00001		26.000,00	3.257.600,00D
				Total Dia:	0,00	
					26.000,00	3.257.600,00D
TOTAIS:				3.283.600,00		
					26.000,00	3.257.600,00D
<b>CAIXA ECONOMICA FEDERAL (49) 1.1.01.002.0001</b>						
09/01/2018	RECEBIMENTO DE VENDAS A PRAZO -		70 00001	46.800,00		46.800,00D
				Total Dia:		46.800,00
TOTAIS:				46.800,00		46.800,00D
					0,00	46.800,00D
<b>CLIENTES (70) 1.1.02.001.0001</b>						
						Saldo Anterior:
						901.000,00D
09/01/2018	RECEBIMENTO DE VENDAS A PRAZO -		49 00001		46.800,00	854.200,00D
				Total Dia:	0,00	
					46.800,00	854.200,00D
10/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONFORME ECFs 100-200		1008 00001	57.200,00		911.400,00D
				Total Dia:		57.200,00
					0,00	911.400,00D
20/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 201-300		1008 00001	55.120,00		966.520,00D
				Total Dia:		55.120,00
					0,00	966.520,00D
25/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 301-400		1008 00001	62.400,00		1.028.920,00D
				Total Dia:		62.400,00
					0,00	1.028.920,00D
27/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 401-500		1008 00001	83.200,00		1.112.120,00D
				Total Dia:		83.200,00
					0,00	1.112.120,00D
31/01/2018	DEVOLUÇÃO DE VENDAS A PRAZO		1512 00001		62.400,00	1.049.720,00D
				Total Dia:	0,00	
					62.400,00	1.049.720,00D
TOTAIS:				1.158.920,00		
					109.200,00	1.049.720,00D
<b>ICMS Á RECUPERAR (1064) 1.1.06.001.0002</b>						
07/01/2018	COMPRA - FORNECEDOR A NF001		1057 00001	9.360,00		9.360,00D
				Total Dia:		9.360,00
					0,00	9.360,00D
15/01/2018	COMPRA A PRAZO CONF. NF 559 -		392 00001	14.040,00		23.400,00D
				Total Dia:		14.040,00
					0,00	23.400,00D
31/01/2018	DEVOLUÇÃO DE VENDAS A PRAZO		1022 00001	11.232,00		34.632,00D
				Total Dia:		11.232,00
					0,00	34.632,00D
TOTAIS:				34.632,00		
					0,00	34.632,00D
<b>PIS Á RECUPERAR (1071) 1.1.06.001.0003</b>						
07/01/2018	COMPRA - FORNECEDOR A NF001		1057 00001	858,00		858,00D
				Total Dia:		858,00

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (00001)				FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS		
Razão Geral de 01/01/2018 até 31/01/2018				Livro :1		Folha: 4
Data	Histórico	C/P	Lote	Débito	Crédito	Saldo
					0,00	858,00D
15/01/2018	COMPRA A PRAZO CONF. NF 559		392 00001	1.287,00		2.145,00D
			Total Dia:	1.287,00		
					0,00	2.145,00D
31/01/2018	DEVOLUÇÃO DE VENDAS A PRAZO		1029 00001	1.029,60		3.174,60D
			Total Dia:	1.029,60		
					0,00	3.174,60D
TOTALS:				3.174,60		
					0,00	3.174,60D
<b>COFINS Á RECUPERAR (1078) 1.1.06.001.0004</b>						
07/01/2018	COMPRA - FORNECEDOR A NF001		1057 00001	3.952,00		3.952,00D
			Total Dia:	3.952,00		
					0,00	3.952,00D
15/01/2018	COMPRA A PRAZO CONF. NF 559		392 00001	5.928,00		9.880,00D
			Total Dia:	5.928,00		
					0,00	9.880,00D
31/01/2018	DEVOLUÇÃO DE VENDAS A PRAZO		1036 00001	4.742,40		14.622,40D
			Total Dia:	4.742,40		
					0,00	14.622,40D
TOTALS:				14.622,40		
					0,00	14.622,40D
<b>SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR (371) 2.1.01.001.0001</b>						
			Saldo Anterior:			589.000,00C
31/01/2018	SALARIOS E ORDENADOS FOLHA DE		1176 00001		50.000,00	639.000,00C
31/01/2018	ADICIONAL NOTURNO - FOLHA DE		1246 00001		5.000,00	644.000,00C
31/01/2018	HORAS EXTRAS - FOLHA DE PAGAMENTO		1183 00001		6.000,00	650.000,00C
31/01/2018	DSR S/ HORAS EXTRAS - FOLHA DE		1190 00001		22.000,00	672.000,00C
31/01/2018	INSS DESCONTATO DOS EMPREGADOS EM		1302 00001	5.056,00		666.944,00C
31/01/2018	IRRF RETIDO NA FONTE DESC.		1365 00001	2.000,00		664.944,00C
31/01/2018	CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL		1372 00001	500,00		664.444,00C
			Total Dia:	7.556,00		
					83.000,00	664.444,00C
TOTALS:				7.556,00		
					83.000,00	664.444,00C
<b>INSS A RECOLHER (1302) 2.1.01.002.0001</b>						
31/01/2018	INSS DESCONTATO DOS EMPREGADOS EM		371 00001	5.056,00		5.056,00C
31/01/2018	ENCARGOS DE EMPRESA INSS SOBRE		1225 00001	12.640,00		17.696,00C
31/01/2018	INSS SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO		1232 00001		632,00	18.328,00C
31/01/2018	INSS S/ TERCEIROS INCIDENTE S/ FOLHA DE		1239 00001	5.056,00		23.384,00C
31/01/2018	INSS S/ TERCEIROS		1239 00001	3.666,00		27.050,00C
			Total Dia:	0,00		
					27.050,00	27.050,00C
TOTALS:				0,00		
					27.050,00	27.050,00C
<b>FGTS A RECOLHER (1309) 2.1.01.002.0002</b>						
31/01/2018	FGTS INCIDENTE S/ FOLHA DE		1218 00001		5.056,00	5.056,00C
			Total Dia:	0,00		
					5.056,00	5.056,00C
TOTALS:				0,00		
					5.056,00	5.056,00C
<b>CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL A RECOLHER (1372) 2.1.01.002.0003</b>						
31/01/2018	CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL		371 00001		500,00	500,00C
			Total Dia:	0,00		

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (00001)				FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS		
Razão Geral de 01/01/2018 até 31/01/2018				Livro :1	Folha: 5	
Data	Histórico	C/P	Lote	Débito	Crédito	Saldo
					500,00	500,00C
TOTALS:				0,00		
					500,00	500,00C
<b>FORNECEDOR X (392) 2.1.02.001.0001</b>						
						Saldo Anterior: 8.007.000,00C
08/01/2018	PAGAMENTO COMPRA PRAZO - NF443		35 00001	26.000,00		7.981.000,00C
			Total Dia:	26.000,00		
					0,00	7.981.000,00C
15/01/2018	COMPRA A PRAZO CONF. NF 559 -		1127 00001		56.745,00	8.037.745,00C
15/01/2018	COMPRA A PRAZO CONF. NF 559 -		1064 00001		14.040,00	8.051.785,00C
15/01/2018	COMPRA A PRAZO CONF. NF 559		1071 00001		1.287,00	8.053.072,00C
15/01/2018	COMPRA A PRAZO CONF. NF 559		1078 00001		5.928,00	8.059.000,00C
			Total Dia:	0,00		
					78.000,00	8.059.000,00C
20/01/2018	DEVOLUÇÃO DE COIMPRA CONF. NF 001		1127 00001	7.566,00		8.051.434,00C
20/01/2018	DEVOLUÇÃO DE COMPRA CONF. NF 001		413 00001	1.872,00		8.049.562,00C
20/01/2018	DEVOLUÇÃO DE COMPRA CONF. NF 001		1043 00001	171,60		8.049.390,40C
20/01/2018	DEVOLUÇÃO DE COMPRA CONF. NF 001		1050 00001	790,40		8.048.600,00C
			Total Dia:	10.400,00		
					0,00	8.048.600,00C
TOTALS:				36.400,00		
					78.000,00	8.048.600,00C
<b>FORNECEDOR A (1057) 2.1.02.001.0002</b>						
07/01/2018	COMPRA - FORNECEDOR A NF001		1127 00001		37.830,00	37.830,00C
07/01/2018	COMPRA - FORNECEDOR A NF001		1064 00001		9.360,00	47.190,00C
07/01/2018	COMPRA - FORNECEDOR A NF001		1071 00001		858,00	48.048,00C
07/01/2018	COMPRA - FORNECEDOR A NF001		1078 00001		3.952,00	52.000,00C
			Total Dia:	0,00		
					52.000,00	52.000,00C
TOTALS:				0,00		
					52.000,00	52.000,00C
<b>ICMS Á RECOLHER (413) 2.1.03.001.0001</b>						
						Saldo Anterior: 369.000,00C
05/01/2018	VENDAS CONFORME ECFs 01-99		1022 00001		7.488,00	376.488,00C
			Total Dia:	0,00		
					7.488,00	376.488,00C
10/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONFORME ECFs 100-200		1022 00001		10.296,00	386.784,00C
			Total Dia:	0,00		
					10.296,00	386.784,00C
20/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 201-300		1022 00001		9.921,60	396.705,60C
20/01/2018	DEVOLUÇÃO DE COMPRA CONF. NF 001		392 00001		1.872,00	398.577,60C
			Total Dia:	0,00		
					11.793,60	398.577,60C
25/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 301-400		1022 00001		11.232,00	409.809,60C
			Total Dia:	0,00		
					11.232,00	409.809,60C
27/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 401-500		1022 00001		14.976,00	424.785,60C
			Total Dia:	0,00		
					14.976,00	424.785,60C
TOTALS:				0,00		
					55.785,60	424.785,60C
<b>PIS Á RECOLHER (1043) 2.1.03.001.0002</b>						
05/01/2018	VENDAS CONFORME ECFs 01-99		1029 00001		686,40	686,40C

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

<b>CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (00001)</b>				<b>FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS</b>	
Razão Geral de 01/01/2018 até 31/01/2018				Livro :1	Folha: 6
Data	Histórico	C/P	Lote	Débito	Crédito
			Total Dia:	0,00	
					686,40
					686,40C
10/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONFORME ECFs 100-200		1029 00001		943,80
			Total Dia:	0,00	
					943,80
					1.630,20C
20/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 201-300		1029 00001		909,48
20/01/2018	DEVOLUCAO DE COMPRA CONF. NF 001		392 00001		171,60
			Total Dia:	0,00	
					1.081,08
					2.711,28C
25/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 301-400		1029 00001		1.029,60
			Total Dia:	0,00	
					1.029,60
					3.740,88C
27/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 401-500		1029 00001		1.372,80
			Total Dia:	0,00	
					1.372,80
					5.113,68C
TOTALS:				0,00	
					5.113,68
					5.113,68C
<b>COFINS Á RECOLHER (1050) 2.1.03.001.0003</b>					
05/01/2018	VENDAS CONFORME ECFs 01-99		1036 00001		3.161,60
			Total Dia:	0,00	
					3.161,60
					3.161,60C
10/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONFORME ECFs 100-200		1036 00001		4.347,20
			Total Dia:	0,00	
					4.347,20
					7.508,80C
20/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 201-300		1036 00001		4.189,12
20/01/2018	DEVOLUCAO DE COMPRA CONF. NF 001		392 00001		790,40
			Total Dia:	0,00	
					4.979,52
					12.488,32C
25/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 301-400		1036 00001		4.742,40
			Total Dia:	0,00	
					4.742,40
					17.230,72C
27/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 401-500		1036 00001		6.323,20
			Total Dia:	0,00	
					6.323,20
					23.553,92C
TOTALS:				0,00	
					23.553,92
					23.553,92C
<b>IRRF A RECOLHER (1365) 2.1.03.001.0005</b>					
31/01/2018	IRRF RETIDO NA FONTE DESC.		371 00001		2.000,00
			Total Dia:	0,00	
					2.000,00
					2.000,00C
TOTALS:				0,00	
					2.000,00
					2.000,00C
<b>PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO (476) 2.1.06.001.0001</b>					
			Saldo Anterior:		4.000,00C
31/01/2018	PROVISAO PARA FERIAS REF. FOLHA DE		1211 00001		7.021,00
31/01/2018	PROVISÃO 13ºSALÁRIO		1204 00001		5.266,00
31/01/2018	PROVISÃO 13ºSALÁRIO		1225 00001		1.053,20
31/01/2018	PROVISÃO 13ºSALÁRIO		1232 00001		52,66
31/01/2018	PROVISÃO INSS S/ 13ºSALÁRIO		1351 00001		305,43
31/01/2018	PROVISÃO FGTS S/13ºSALÁRIO		1218 00001		421,28
			Total Dia:	0,00	
					14.119,57
					18.119,57C
TOTALS:				0,00	

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (00001)				FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS		
Razão Geral de 01/01/2018 até 31/01/2018				Livro :1		Folha: 7
Data	Histórico	C/P	Lote	Débito	Crédito	Saldo
					14.119,57	18.119,57C
	<b>INSS S/ FERIAS (1337) 2.1.06.001.0002</b>					
31/01/2018	INSS ENCARGOS EMPRESA S/ PROVISAO DE		1225 00001		1.404,20	1.404,20C
31/01/2018	PROVISÃO INSS S/ FÉRIAS		1232 00001		70,21	1.474,41C
31/01/2018	PROVISÃO INSS S/ TERCEIROS		1239 00001		407,22	1.881,63C
			Total Dia:	0,00		
					1.881,63	1.881,63C
			TOTALS:	0,00		
					1.881,63	1.881,63C
	<b>FGTS S/ FERIAS (1344) 2.1.06.001.0003</b>					
31/01/2018	FGTS S/ FÉRIAS		1218 00001		561,68	561,68C
			Total Dia:	0,00		
					561,68	561,68C
			TOTALS:	0,00		
					561,68	561,68C
	<b>INSS S/ 13° SALARIO (1351) 2.1.06.001.0004</b>					
31/01/2018	PROVISÃO INSS S/ 13° SALÁRIO		476 00001	305,43		305,43D
			Total Dia:	305,43		
					0,00	305,43D
			TOTALS:	305,43		
					0,00	305,43D
	<b>SALÁRIOS (1176) 3.1.01.001.0001</b>					
31/01/2018	SALARIOS E ORDENADOS FOLHA DE		371 00001	50.000,00		50.000,00D
			Total Dia:	50.000,00		
					0,00	50.000,00D
			TOTALS:	50.000,00		
					0,00	50.000,00D
	<b>HORAS EXTRAS (1183) 3.1.01.001.0002</b>					
31/01/2018	HORAS EXTRAS - FOLHA DE PAGAMENTO		371 00001	6.000,00		6.000,00D
			Total Dia:	6.000,00		
					0,00	6.000,00D
			TOTALS:	6.000,00		
					0,00	6.000,00D
	<b>DSR S/ EXTRAS (1190) 3.1.01.001.0003</b>					
31/01/2018	DSR S/ HORAS EXTRAS - FOLHA DE		371 00001	22.000,00		22.000,00D
			Total Dia:	22.000,00		
					0,00	22.000,00D
			TOTALS:	22.000,00		
					0,00	22.000,00D
	<b>13° SALÁRIO (1204) 3.1.01.001.0005</b>					
31/01/2018	PROVISÃO 13° SALÁRIO		476 00001	5.266,00		5.266,00D
			Total Dia:	5.266,00		
					0,00	5.266,00D
			TOTALS:	5.266,00		
					0,00	5.266,00D
	<b>FÉRIAS (1211) 3.1.01.001.0006</b>					
31/01/2018	PROVISAO PARA FERIAS REF. FOLHA DE		476 00001	7.021,00		7.021,00D
			Total Dia:	7.021,00		
					0,00	7.021,00D
			TOTALS:	7.021,00		
					0,00	7.021,00D
	<b>FGTS (1218) 3.1.01.001.0007</b>					
31/01/2018	FGTS INCIDENTE S/ FOLHA DE		1309 00001	5.056,00		5.056,00D

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (00001)				FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS		
Razão Geral de 01/01/2018 até 31/01/2018				Livro :1		Folha: 8
Data	Histórico	C/P	Lote	Débito	Crédito	Sald o
<b>FGTS (1218) 3.1.01.001.0007</b>						
31/01/2018	FGT S/ FÉRIAS		1344 00001	561,68		5.617,68D
31/01/2018	PROVISÃO FGT S S/13°SALÁRIO		476 00001	421,28		6.038,96D
	Total Dia:			6.038,96		
-----					0,00	6.038,96D
TOTAIS:				6.038,96		
					0,00	6.038,96D
<b>INSS PARTE EMPRESA (1225) 3.1.01.001.0008</b>						
31/01/2018	ENCARGOS DE EMPRESA INSS SOBRE		1302 00001	12.640,00		12.640,00D
31/01/2018	INSS ENCARGOS EMPRESA S/ PROVISAO DE		1337 00001	1.404,20		14.044,20D
31/01/2018	PROVISÃO 13°SALÁRIO		476 00001	1.053,20		15.097,40D
	Total Dia:			15.097,40		
-----					0,00	15.097,40D
TOTAIS:				15.097,40		
					0,00	15.097,40D
<b>INSS SAT (1232) 3.1.01.001.0009</b>						
31/01/2018	INSS SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO		1302 00001	632,00		632,00D
31/01/2018	PROVISÃO INSS S/ FÉRIAS		1337 00001	70,21		702,21D
31/01/2018	PROVISÃO 13°SALÁRIO		476 00001	52,66		754,87D
	Total Dia:			754,87		
-----					0,00	754,87D
TOTAIS:				754,87		
					0,00	754,87D
<b>INSS S/ TERCEIROS (1239) 3.1.01.001.0010</b>						
31/01/2018	INSS S/ TERCEIROS INCIDENTE S/ FOLHA DE		1302 00001	5.056,00		5.056,00D
31/01/2018	PROVISÃO INSS S/TERCEIROS		1337 00001	407,22		5.463,22D
31/01/2018	INSS S/ TERCEIROS		1302 00001	3.666,00		9.129,22D
	Total Dia:			9.129,22		
-----					0,00	9.129,22D
TOTAIS:				9.129,22		
					0,00	9.129,22D
<b>ADICIONAL NOTURNO (1246) 3.1.01.001.0011</b>						
31/01/2018	ADICIONAL NOTURNO - FOLHA DE		371 00001	5.000,00		5.000,00D
	Total Dia:			5.000,00		
-----					0,00	5.000,00D
TOTAIS:				5.000,00		
					0,00	5.000,00D
<b>VENDAS DE MERCADORIAS (1008) 4.1.01.001.0001</b>						
05/01/2018	VENDAS CONFORME ECFs 01-99		35 00001		41.600,00	41.600,00C
	Total Dia:			0,00		
10/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONFORME ECFs 100-200		70 00001		41.600,00	41.600,00C
	Total Dia:			0,00	57.200,00	98.800,00C
20/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 201-300		70 00001		57.200,00	98.800,00C
	Total Dia:			0,00	55.120,00	153.920,00C
25/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 301-400		70 00001		62.400,00	216.320,00C
	Total Dia:			0,00	62.400,00	216.320,00C
27/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 401-500		70 00001		83.200,00	299.520,00C
	Total Dia:			0,00	83.200,00	299.520,00C

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (00001)				FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS	
Razão Geral de 01/01/2018 até 31/01/2018				Livro :1	Folha: 9
Data	Histórico	C/P	Lote	Débito	Crédito
			TOTALS:	0,00	
				299.520,00	299.520,00C
<b>DEVOLUÇÃO DE VENDAS (1512) 4.1.01.002.0001</b>					
31/01/2018	DEVOLUÇÃO DE VENDAS A PRAZO		70 00001	62.400,00	62.400,00D
			Total Dia:	62.400,00	
				0,00	62.400,00D
			TOTALS:	62.400,00	
				0,00	62.400,00D
<b>ICMS SOBRE VENDAS (1022) 4.1.01.003.0001</b>					
05/01/2018	VENDAS CONFORME ECFs 01-99		413 00001	7.488,00	7.488,00D
			Total Dia:	7.488,00	
				0,00	7.488,00D
10/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONFORME ECFs 100-200		413 00001	10.296,00	17.784,00D
			Total Dia:	10.296,00	
				0,00	17.784,00D
20/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 201-300		413 00001	9.921,60	27.705,60D
			Total Dia:	9.921,60	
				0,00	27.705,60D
25/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 301-400		413 00001	11.232,00	38.937,60D
			Total Dia:	11.232,00	
				0,00	38.937,60D
27/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 401-500		413 00001	14.976,00	53.913,60D
			Total Dia:	14.976,00	
				0,00	53.913,60D
31/01/2018	DEVOLUÇÃO DE VENDAS A PRAZO		1064 00001	0,00	11.232,00
			Total Dia:	0,00	42.681,60D
				11.232,00	42.681,60D
			TOTALS:	53.913,60	
				11.232,00	42.681,60D
<b>PIS SOBRE VENDAS (1029) 4.1.01.003.0002</b>					
05/01/2018	VENDAS CONFORME ECFs 01-99		1043 00001	686,40	686,40D
			Total Dia:	686,40	
				0,00	686,40D
10/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONFORME ECFs 100-200		1043 00001	943,80	1.630,20D
			Total Dia:	943,80	
				0,00	1.630,20D
20/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 201-300		1043 00001	909,48	2.539,68D
			Total Dia:	909,48	
				0,00	2.539,68D
25/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 301-400		1043 00001	1.029,60	3.569,28D
			Total Dia:	1.029,60	
				0,00	3.569,28D
27/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 401-500		1043 00001	1.372,80	4.942,08D
			Total Dia:	1.372,80	
				0,00	4.942,08D
31/01/2018	DEVOLUÇÃO DE VENDAS A PRAZO		1071 00001	0,00	1.029,60
			Total Dia:	0,00	3.912,48D
				1.029,60	3.912,48D
			TOTALS:	4.942,08	
				1.029,60	3.912,48D
<b>COFINS SOBRE VENDAS (1036) 4.1.01.003.0003</b>					
05/01/2018	VENDAS CONFORME ECFs 01-99		1050 00001	3.161,60	3.161,60D

# UNifeob

CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

<b>CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA (00001)</b>				<b>FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS</b>		
Razão Geral de 01/01/2018 até 31/01/2018				Livro :1		Folha: 10
Data	Histórico	C/P	Lote	Débito	Crédito	Sa l d o
			Total Dia:	3.161,60		
					0,00	3.161,60D
10/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONFORME ECFs 100-200		1050 00001	4.347,20		7.508,80D
			Total Dia:	4.347,20		
					0,00	7.508,80D
20/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 201-300		1050 00001	4.189,12		11.697,92D
			Total Dia:	4.189,12		
					0,00	11.697,92D
25/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 301-400		1050 00001	4.742,40		16.440,32D
			Total Dia:	4.742,40		
					0,00	16.440,32D
27/01/2018	VENDAS A PRAZO - CONF ECFs 401-500		1050 00001	6.323,20		22.763,52D
			Total Dia:	6.323,20		
					0,00	22.763,52D
31/01/2018	DEVOLUÇÃO DE VENDAS A PRAZO		1078 00001		4.742,40	18.021,12D
			Total Dia:	0,00		
					4.742,40	18.021,12D
<hr/>				TOTALS:	22.763,52	
					4.742,40	18.021,12D
<b>COMPRAS DE MERCADORIAS (1127) 5.3.01.001.0001</b>						
07/01/2018	COMPRA - FORNECEDOR A NF001		1057 00001	37.830,00		37.830,00D
			Total Dia:	37.830,00		
					0,00	37.830,00D
15/01/2018	COMPRA A PRAZO CONF. NF 559 -		392 00001	56.745,00		94.575,00D
			Total Dia:	56.745,00		
					0,00	94.575,00D
20/01/2018	DEVOLUÇÃO DE COIMPRA CONF. NF 001		392 00001		7.566,00	87.009,00D
			Total Dia:	0,00		
					7.566,00	87.009,00D
<hr/>				TOTALS:	94.575,00	
					7.566,00	87.009,00D



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

## ANEXO IV – DFC (FLUXO DE CAIXA)

### DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

Carrefour Comércio e Indústria Ltda

CNPJ/CPF: 45.543.915./0592-32

End: Avenida Helio Ossamu Daikuara, 1.445

Município: Embu das Artes

Período: Janeiro a Dezembro

UF: SP

NIRE: 35212734619

<b>Atividades operacionais</b>	<b>2.017</b>
<b>Ajustes ao lucro do exercício</b>	-
Resultado do exercício	342.834,87
Mais: Depreciação e amortização	
<b>Lucro ajustado</b>	<b>342.834,87</b>
<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>	
Estoques	
Cientes a receber	(221.520,00)
Impostos a recuperar	(279.149,00)
Adiantamentos a funcionários	(29.120,00)
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>	
Fornecedores	551.200,00
Previsão de férias e 13º salário	27.883,00
Impostos e contribuições a recolher	484.047,20
Salários e ordenados	2.392,41
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>878.568,48</b>
<b>Atividades de investimento</b>	
Pagamento pela aquisição de imobilizado	-
Pagamento pela aquisição de investimentos	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamento</b>	
Empréstimos de curto prazo	-
Distribuição de lucros	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>878.568,48</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.120.568,48
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	(3.242.000,00)
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>878.568,48</b>